

## A crise do Governo

# FRACASSO DA OPERAÇÃO-CHANTAGEM DO CDS

● A operação de chantagem do CDS saldou-se até agora por um fracasso; perigos de desestabilização e novas iniciativas a curto prazo das forças reaccionárias não anulam esta realidade

● Positiva a rejeição do PS do ultimato do CDS; os socialistas reconhecem os perigos da extrema-direita

● Novas possibilidades para aproximação e entendimento para a busca de uma alternativa democrática e patriótica

● Grande esforço nacional e patriótico para sair da crise, mobilização dos recursos e energias internas impõem-se com urgência

● PCP pronto a examinar com todas as forças e sectores democráticos, assim como com os órgãos de soberania a situação política actual e alternativas possíveis



## Dezenas de milhares de pessoas na Festa da Liberdade nos Olivais

O Comité Local de Lisboa promoveu, no passado domingo, no Vale do Silêncio, aprazível zona verde situada nos Olivais, a Festa da Liberdade, na qual participaram dezenas de milhares de pessoas. Ao fim da tarde, o camarada Álvaro Cunhal pronunciou um importante discurso acerca da situação política.

Págs. 6/7/8

«Férias 78»  
de amanhã até domingo  
na Figueira da Foz

Pág. 8

Álvaro Cunhal  
em sessões no Algarve

No próximo domingo o camarada Álvaro Cunhal estará no Algarve. Às 18 horas assistirá à festa de encerramento do 1.º Acampamento da Organização do Algarve dos Pioneiros de Portugal, a qual incluirá também um convívio e canto livre. Às 21 e 30 participará numa sessão de esclarecimento no Cine-Teatro de Olhão



No passado fim-de-semana o trabalho no Vale do Jamor foi assim. E até a colaboração dos mais pequenos foi importante. Como importante também vai ser a jornada do próximo fim-de-semana

## No próximo fim de semana estamos todos no Jamor!

### —há ainda muito trabalho a fazer!

Pág. 5

Começa no sábado  
o Acampamento  
da Juventude  
na Costa da Caparica



Pág. 3

Bolívia: eleições não servem — avança-se com golpe militar (pág. 11)

Belgrado: não-alinhados na luta pela paz (pág. 12)

Os comunistas portugueses solidários com as forças progressistas do Iraque (pág. 12)

Etiópia: solidariedade com povos africanos e árabes (pág. 12)

EUA: a luta de massas é uma realidade (pág. 12)



Solidariedade ao povo do Chile: manifestação de protesto, no passado mês de Maio, contra a apogagem em S. Diego do navio-escola chileno Esmeralda, que foi prisão e centro de tortura durante o golpe fascista de 1973

## Editorial

## POR UM ESFORÇO NACIONAL E PATRIÓTICO NA SOLUÇÃO DA CRISE

A ruptura da coligação PS/CDS consumou-se. A crise governamental é agora um facto irrevogável.

A ofensiva de desestabilização económica, social, militar e política da extrema-direita, na qual o ultimato do CDS jogou o papel de tumor de fixação, atingiu com o deflagrar da crise governativa a sua fase mais aguda e perigosa.

Não deixa de ser curiosa a declaração de Freitas do Amaral à saída de Belém de que «o CDS não embarcará em nenhuma campanha de desestabilização do país»...

Sim, não embarcará — embarcou! E é um dos timoneiros da avariada barca da reacção.

De momento a operação-chantagem do CDS saldou-se por um incontestável fracasso, mas a gravidade da situação actual exige de todos os democratas e patriotas uma grande clarividência política e simultaneamente uma acrescida vigilância e atenção aos desenvolvimentos da manobra da extrema-direita, às possíveis novas iniciativas desestabilizadoras da reacção.

O carácter chantagista do ultimato do CDS ao seu parceiro de governo surgiu, nestas derradeiras horas da coligação governamental, em toda a sua nudez.

Nenhuma dúvida é hoje lícita — mesmo para os mais crédulos militantes do PS que acreditaram na sinceridade da súbita «conversão» do partido de Freitas do Amaral ao chamado «jogo democrático» — quanto à reserva mental com que o CDS se prestou a assumir com o PS as responsabilidades de governo.

★ ★

Desde a sua consumação o PCP denunciou o carácter contranatura, lesivo dos interesses da Democracia e da Revolução de Abril, do casamento de conveniência PS/CDS.

Desde os primeiros dias — ao contrário dos principais dirigentes do PS que até à última hora, negando a evidência, garantiam o carácter duradouro do seu matrimónio governamental com o CDS (pelo menos até 1980) — que o PCP alertou para a essência de extrema-direita do partido de Freitas do Amaral, para os objectivos ocultos da sua infiltração no aparelho de Estado para daí conduzir com maior eficácia a sua luta surda contra o regime democrático consagrado.

na Constituição — uma Constituição que o CDS recusou votar na Assembleia da República.

O PCP sempre afirmou que o CDS no Governo, era a presença e a acção nos próprios órgãos do Poder das forças que geraram e alimentaram até ao fim o regime fascista de Salazar e Caetano. Mesmo quando reaccionários da conspiração, como Lucas Pires, dirigente do CDS, vem descaradamente a público dizer que o seu partido «está no Governo para melhor combater o PS», os dirigentes socialistas permanecem surdos e cegos quanto às intenções do seu parceiro no Governo, hoje perfeitamente claras.

O PCP afirma e sempre afirmou, no decurso desta crise, que o ultimato do CDS ao PS se integra na estratégia geral da reacção para suprimir o Estado democrático e impor uma nova ditadura.

Há um nexo entre o ultimato do CDS e as afirmações e os actos provocatórios de Sá Carneiro; não pode desligar-se o auge da crise governativa, congeminação e aberta pelo CDS, das intoleráveis e insultuosas declarações do presidente do Governo Regional da Madeira, Alberto Jardim, contra as Forças Armadas em geral e os militares de Abril em particular.

É inseparável da acção conspiradora do MIRN/Kaulza e PPD/Sá Carneiro, das provocações fascistas da CAP contra a Reforma Agrária, e dos ataques abertos da CIP contra as nacionalizações e o controlo de gestão, o ultimato de Freitas do Amaral.

A ofensiva das forças reaccionárias contra as conquistas de Abril é uma operação de forças heterogêneas, divididas entre si, sem quaisquer raízes na massa do Povo português e tocadas e financiadas pelos círculos imperialistas. Mas os seus objectivos essenciais são os mesmos: destruir as liberdades e a democracia, restabelecer o domínio dos monopólios e dos latifundiários e a sua forma de poder político desmantelado pelo «movimento dos capitães».

★ ★

O PCP afirmou e reafirma na nota última da Comissão Política do Comité Central que a causa de fundo da crise do Governo é a falência da política de recuperação capitalista, latifundista

e imperialista. No período de vigência do Governo PS/CDS o facto dominante é o agravamento das condições de vida do Povo português, das actividades económicas do País, dos défices das balanças comercial e de pagamentos, do endividamento externo.

O poder de compra dos trabalhadores baixou de maneira alarmante; as restrições do crédito e alta taxa de juro ameaçam desencadear uma onda de falências das pequenas e médias empresas; o défice da balança de pagamentos agravou-se em 1978 relativamente ao período correspondente de 1977.

Os últimos dados publicados mostram um agravamento de 35,5 milhões de contos para 56,5 milhões, ou seja, mais de 59,1%; o défice da balança comercial passou de 63,7 milhões de contos para 96,8 milhões, ou seja, mais de 51,9%. A dívida externa contraída é de cerca de 270 milhões de contos e um dos últimos actos do Governo PS/CDS foi ainda o aumentá-la com um novo empréstimo de 13,8 milhões de contos.

Os trabalhadores e os portugueses das camadas pobres e médias da população têm de apertar o cinto dentro de uma injusta política de austeridade, mas ao mesmo tempo que os salários são congelados de facto pela desvalorização do escudo e pelas recusas do patronato a elevar os salários, o Governo PS/CDS, num último e escandaloso acto descongelou as contas bancárias de dezenas de grandes capitalistas e de pides que só por incrível ingenuidade se pode ter admitido canalizar para o investimento nacional, o qual, só no que respeita ao Plano, passou de 13,8% para 9,5%, na sua realização financeira nos primeiros cinco meses de 1978 relativamente a igual período de 1977.

Neste momento de crise governamental aberta será útil não esquecer estes factos cuja responsabilidade cabe inteira ao Governo de coligação que em resultado da operação de chantagem do CDS acabou agora os seus dias.

★ ★

A ruptura da coligação governamental, a denúncia publicamente afirmada pelos dois partidos do acordo PS/CDS e sobretudo o carácter positivo das decisões da Comissão

Directiva do PS, que se dá conta dos graves perigos e ameaças da direita reaccionária, abrem perspectivas novas às forças democráticas para uma saída da crise apoiada num esforço nacional e patriótico que interesse e galvanize as classes trabalhadoras da cidade e do campo e as centenas de milhares de pequenos e médios empresários (industriais, comerciantes e agricultores) e, no plano político, na base da aproximação e entendimento entre os democratas e patriotas portugueses.

A reacção intensifica o seu alarido contra os trabalhadores e o seu partido, o PCP. Os reaccionários de todos os matizes procuram sacudir a água do capote quanto às suas responsabilidades fundamentais na crise e tentam emburhar nelas o PCP que tem sido o único partido a apontar uma alternativa para a resolução dos graves problemas nacionais.

São os trabalhadores quem suporta o peso principal e esmagador da crise e são os partidos reaccionários — como agora o CDS com a sua operação-chantagem — que a provocam e agravam.

Os reaccionários de todos os matizes uivam contra qualquer eventual participação dos comunistas no Governo e tentam criar com isso um falso problema com o objectivo de afastarem da solução da crise os trabalhadores e o seu partido.

Entretanto não é possível encerrar-se uma saída patriótica sem a participação activa dos trabalhadores e muito menos contra eles; não é possível afastar da solução dos problemas nacionais um grande partido democrático e profundamente enraizado na Pátria como o PCP.

No comunicado da Comissão Política, em que se anuncia a próxima reunião do Comité Central, diz-se «que o PCP está pronto a examinar com o PS e outras forças e sectores democráticos, assim como ao nível dos órgãos de soberania, a situação política actual e as alternativas possíveis tendo em vista a defesa dos interesses do povo, a estabilidade do regime democrático consagrado na Constituição, a saída da crise económica e financeira, a garantia da independência nacional».

Esta é a marca do PCP, do seu devotamento ao povo e ao País, é a afirmação responsável da sua disponibilidade para um grande esforço nacional e patriótico para a saída da crise.

## Nota sobre a crise do governo

1. A Comissão Política do Comité Central do Partido Comunista Português examinou o mais recente desenvolvimento da crise do Governo criada pela operação de chantagem e desestabilização do CDS que se insere numa vasta ofensiva conjugada das forças da reacção e na estratégia da reacção visando a liquidação do regime democrático.

2. A Comissão Política considera que, embora persistam perigos de desestabilização e sejam de prever a curto prazo novas iniciativas das forças reaccionárias, a operação-chantagem do CDS saldou-se até agora por um fracasso. A Comissão Política considera positivo que o PS tenha formalmente rejeitado o ultimato do CDS e tenha chamado a atenção para os perigos da extrema-direita. A Democracia defende-se fazendo frente à reacção e não recuando e cedendo às suas contínuas exigências.

3. A Comissão Política sublinha que a crise do Governo tem como causa de fundo o facto de que a política de recuperação capitalista, latifundista e imperialista agrava a situação nacional em todos os seus aspectos, incluindo o nível de vida das massas populares, as actividades económicas, os défices

das balanças comercial e de pagamentos, o endividamento externo.

A situação nacional exige, não a acentuação dos aspectos negativos da política do Governo como pretendem o CDS, o PPD, o MIRN e outras forças reaccionárias, mas a sua pronta correcção.

A Comissão Política insiste em que os problemas nacionais se resolvem não com uma política dirigida contra os trabalhadores e as classes médias, mas com uma política que responda aos interesses e anseios do povo e ganhe por isso o seu apoio.

Um grande esforço nacional e patriótico para a saída da crise, baseado sobretudo nos recursos e energias internas, impõe-se cada vez com maior urgência.

4. A Comissão Política verifica que, ao invés do que o CDS pretendia, o fracasso da sua operação abre novas possibilidades para a aproximação e entendimento entre os democratas portugueses e para a busca de uma alternativa democrática e patriótica para a política e para o Governo de coligação PS-CDS.

5. A Comissão Política sublinha que, na situação actual, se tornam mais necessários que nunca a unidade da classe operária e de todos os trabalha-

dores, a aliança das classes e camadas não-monopolistas e o entendimento e a acção comum dos democratas e antifascistas.

Ante a unidade, a determinação e a acção resoluta das forças democráticas, dos trabalhadores, das massas populares, as manobras e ofensivas da reacção estão condenadas à derrota.

6. A Comissão Política confirma que o PCP está pronto a examinar com o PS e outras forças e sectores democráticos, assim como ao nível dos órgãos de soberania, a situação política actual e as alternativas possíveis, tendo em vista a defesa dos interesses do Povo, a estabilidade do regime democrático consagrado na Constituição, a saída da crise económica e financeira, a garantia da independência nacional.

7. A fim de proceder a um exame aprofundado da situação, a Comissão Política resolve que seja convocada para data próxima uma reunião plenária do Comité Central do Partido.

Lisboa, 25 de Julho de 1978

A Comissão Política do Comité Central do Partido Comunista Português

## Relações PCP/PCE

Em 14 de Julho esteve em Lisboa o camarada Santiago Alvarez, membro da Comissão Permanente do Comité Executivo do PC de Espanha, que foi recebido no Comité Central do PC Português pelo camarada Octávio Pato, membro da Comissão Política e do Secretariado.

O camarada Santiago Alvarez transmitiu ao CC do PCP uma proposta do Comité Executivo do PCE para a realização de um encontro entre delegações dos dois partidos ao nível e no lugar de Portugal ou Espanha a acordar em comum.

Foi também examinada a eventual participação recíproca do «Mundo Obrero», órgão do CC do PCE, e do «Avante!», órgão central do PCP, nas festas

respectivas a realizar proximamente.

O órgão do CC do PCE «Mundo Obrero», de 20/26 de Julho deu notícia do encontro, das matérias tratadas e das propostas do PCE.

Em 20 de Julho, o CC do PCP, respondendo por carta ao CC do PCE, propôs a troca de delegações de estudo dos dois partidos em Outubro e Novembro do ano corrente, encontros de delegações a nível regional para troca de experiências, e o exame ulterior dum eventual encontro de delegações oficiais dos CC respectivos a ter lugar na Primavera de 1979.

O CC do PCP considerou também positivamente a participação do «Avante!» e do «Mundo Obrero» nas Festas respectivas.

## A APU e as finanças locais

1. A situação financeira das autarquias continua a causar sérias preocupações. A significativa redução do montante global das verbas destinadas às autarquias, o corte das verbas distribuídas a cada Município nos primeiros meses do ano, que em alguns casos chegou a ser superior a 50%, impediu o lançamento de obras programadas e prejudicou a execução de muitas obras em curso que correspondem à melhoria das condições de vida das populações.

Esta política contribuiu para agravar o desemprego, prejudicou os trabalhadores do sector e numerosos empreiteiros.

2. A publicação do plano de distribuição de verbas às autarquias, através do Decreto Lei n.º 201/78 de 20 de Julho, verificou-se um mês e vinte dias após o prazo fixado na Lei n.º 20/78. Se bem que a publicação deste plano venha atenuar um pouco a gravidade da situação, não vem resolver os problemas de fundo. Por um lado, permanece a redução do montante global das verbas previstas, por outro lado, embora tenham sido incluídos no plano alguns programas que não constaram do plano de 1977, manteve-se a omissão ilegal de programas que a Lei do Orçamento Geral do Estado obrigava a incluir e, por consequência, a possibilidade de distribuições

casuísticas e arbitrarias dos dinheiros públicos, à margem do plano, da participação das populações e das autarquias.

3. Assuma, assim, grande importância a convocação de uma sessão especial da Assembleia da República para o início do mês de Outubro. Tal convocação representa uma vitória da luta unitária, persistente e prolongada dos órgãos de poder local e das populações. A Aliança Povo Unido que sempre se pronunciou pela descentralização e autonomia financeira considera necessário que a Lei de Finanças locais a aprovar seja conforme com as legítimas exigências e aspirações repetidamente

manifestadas pelos órgãos de poder local e pelas populações.

«Ao exigir que a lei a aprovar estabeleça uma justa repartição de recursos entre o Poder Central e as autarquias, no quadro de uma política de descentralização, a correcção de desigualdades entre autarquias do mesmo grau e uma efectiva autonomia administrativa, a Aliança Povo Unido está certa de defender uma orientação que se enquadra numa política de favorecer e estimular uma crescente participação das populações na vida política e administrativa do País.

Lisboa, 21 de Julho de 1978  
A Comissão Coordenadora da Comissão Nacional da APU

## A situação na Câmara de Évora

Sábado passado, a Comissão Concelhia de Évora da APU divulgou o seguinte comunicado: «Em 18 do corrente, o vereador do Partido Socialista sr. José António Baquho apresentou o seu pedido de demissão à Câmara Municipal, prometendo apresentar posteriormente por escrito as razões que o levaram a tal. «Em 19 do corrente, a Federação Distrital e a Secção de Évora do PS lançaram um comunicado à população no qual apoliam esta atitude e fazem referência à existência de graves anomalias cometidas pelos elementos maioritários da Câmara.

«Em 21 do corrente, os restantes vereadores do PS apresentaram também por escrito o seu pedido de demissão. No mesmo dia, o Partido Socialista comunicou por escrito que todos os seus membros da lista se consideram disponíveis para ocupar os lugares vagos. «A Aliança Povo Unido estranha profundamente estas demissões dos elementos do PS que até

à presente data não apresentaram quaisquer justificações. Por outro lado, e para além de não existirem quaisquer espécies de anomalias no funcionamento da CME é de notar que a grande maioria das decisões foram sempre tomadas por consenso. Por outro lado, as suas responsabilidades num órgão autárquico executivo não importante como é a Câmara de Évora, e para o qual foram eleitos democraticamente pela população.

«O que se pretende com esta demissão? «A Aliança Povo Unido chama a atenção de toda a população do concelho para o facto de que a demissão colectiva dos elementos do PS se verifica numa altura em que os órgãos autárquicos atravessam graves dificuldades financeiras motivadas pela falta da Lei das Finanças Locais e pelo corte substancial de verbas levado a cabo este ano pelo Governo. Estas dificuldades viam a prejudicar ainda mais a realização dos planos previstos

e aprovados por consenso, alguns dos quais já em vias de execução.

«A situação difícil da CME exigia um maior empenhamento entre todos os eleitos para se poder dar resposta às graves carências da população e nunca o desmissionamento verificado.

«Face à grave situação da Câmara de Évora, a Aliança Povo Unido afirma que os seus elementos continuam com a mesma vontade e firmeza com que foram eleitos e reafirmam a sua disposição de continuar a lutar para procurar resolver as graves carências que afectam a população, melhorar as suas condições de vida e defender as conquistas do 25 de Abril.

«A APU apela à participação do povo do concelho para que, juntamente com os seus órgãos autárquicos, se empenhem na resolução dos seus problemas, no alargamento da unidade para fazer face à ofensiva das forças reaccionárias contra as conquistas de Abril.»

Avante!

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português, Rua Soeiro Pereira Gomes - Lisboa-4. Tel. 768345.

ADMINISTRAÇÃO: Editorial Avante, S.A.R.L. Av. Santos Dumont, 57-2.º D.º - Lisboa-1. Tel. 769744/769751.

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes - Lisboa-4. Tel. 769725/769722.

DISTRIBUIÇÃO: CDL, Central Distribuidora Livreira, S.A.R.L. Central: Rua Pedro Nunes, 9-A - Lisboa-1. Tel. 769744/769751.

Centro Distribuidor de Lisboa: Av. Santos Dumont, 57-C - Lisboa-1. Tel. 769705.

Casa de Venda em Lisboa: Rua do Século, 80 - Lisboa-2. Tel. 372238.

Centro Distribuidor do Norte: R. Miguel Bombarda, 57B - Porto. Tel. 28938.

Casa de Venda: R. do Almada, 19-2.º Esq. - Porto. Tel. 310441.

Centro Distribuidor do Centro: Terreiro da Erva, 6 - Coimbra. Tel. 28394.

Centro Distribuidor de Santarém: R. Pedro de Santarém, 41 - Santarém. Tel. 24564.

Centro Distribuidor de Setúbal: Rua de Angola, 29-A - Setúbal. Tel. 29493.

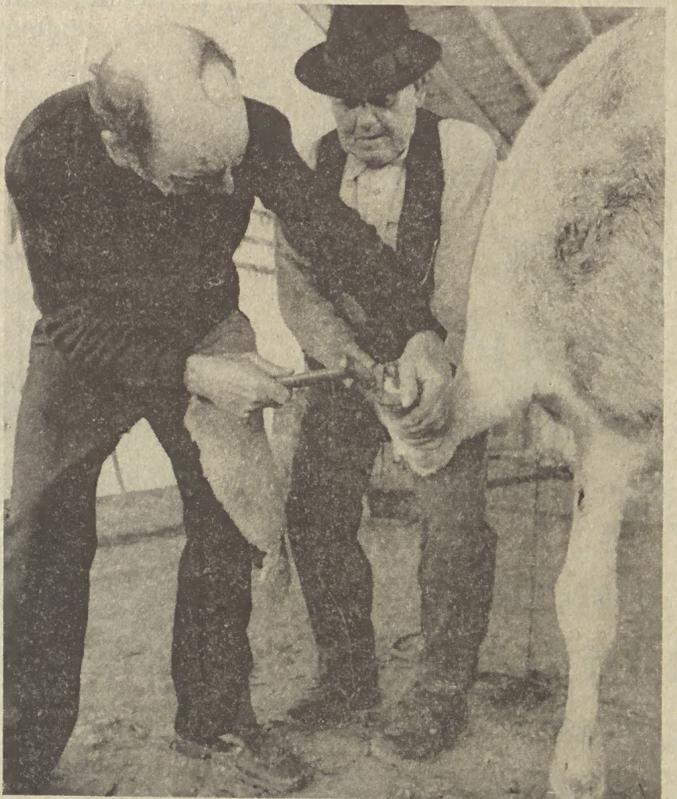
Centro Distribuidor do Alentejo: Alarcova de Baixo, 13 - Évora. Tel. 26361.

Centro Distribuidor do Algarve: Rua 1.º de Dezembro, 23 - Faro. Tel. 24417.

ASSINATURAS: CDL, Departamento de Venda Directa, Av. Santos Dumont, 50 - Lisboa-1. Tel. 763707.

PUBLICIDADE: Lisboa: R. Pedro Nunes, 9-A - Lisboa-1. Tel. 41787. Composição e Impressão na Heka Portuguesa - R. Elias Garcia, 27 - Venda Nova - Amadora.

Tiragem média do mês de Junho: 82 481



# Três deputados do PCP contactaram com 4500 trabalhadores e visitaram 13 empresas de Aveiro e C. Branco

Três deputados comunistas — Hermenegilda Pereira, António Juzarte e Sousa Marques — deslocaram-se durante seis dias pelos distritos de Aveiro e de Castelo Branco, onde visitaram 13 empresas, contactaram com mais de 4500 trabalhadores, intervieram-se dos problemas das populações locais. Das treze empresas visitadas, sete eram privadas, duas intervenionadas, duas nacionalizadas e duas cooperativas, pertencendo a vários sectores da actividade produtiva: têxteis, lanifícios e fiacção, calçado, celulose, extração de carvão, metalomecânica, pré-fabricados e etiquetagem.

O balanço geral desta visita de estudo e trabalho — disse-nos o deputado Sousa Marques — foi muito positivo. Para além de ter permitido um esclarecimento mútuo entre os trabalhadores e os deputados comunistas, possibilitou que se avaliassem no concreto as consequências da política de recuperação capitalista. Esta política, para além de afectar gravemente os trabalhadores, tem criado crescentes dificuldades às pequenas e médias empresas industriais das várias formações económicas existentes — e isso o pudemos comprovar.

Por seu turno, a deputada Hermenegilda Pereira acrescentou: Estes contactos serviram ainda para tomar claro junto de trabalhadores, gestores e empresários a actividade dos deputados do PCP na Assembleia da República e a justiça das posições que aí têm defendido, criticando particularmente a política económica dos «pacotes» ditada pelo imperialismo e pelo FMI.

Por todo o lado — referiu António Juzarte — foi bem patente a determinação dos trabalhadores em defenderem os seus postos de trabalho, aumentarem a produção e ultrapassarem a crise económica com um grande esforço nacional em que os trabalhadores e o povo português estão empenhados para a defesa do regime democrático, da Constituição e da independência nacional.

## No distrito de Aveiro

Os três deputados comunistas iniciaram a sua visita de trabalho e de estudo partindo de Braga, onde assistiram ao comício de encerramento da Festa da Alegria. No dia seguinte, já em Vila da Feira, visitaram a Cooperativa Paramense, uma cooperativa operária de tapeçarias onde trabalham 66 trabalhadores.



Sousa Marques

A delegação do Grupo Parlamentar do PCP foi recebida pela direcção da cooperativa e teve um encontro com todos os trabalhadores, durante a qual ficou a conhecer os seus principais problemas: não resolução da

situação patrimonial, falta de créditos da banca e falta de apoio do Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas (IAPME). Apesar de tudo isto, têm assegurados os seus postos de trabalho e desde que transformaram em cooperativa a empresa abandonada pelo patrão, já montaram uma oficina mecânica que custou mais de 500 contos.

Nesse mesmo dia, os deputados do PCP realizaram no CT de Ovar uma reunião com o Secretariado e vários militantes da célula da Rabor, empresa intervenionada que conta com mais de 600 trabalhadores e que pertence ao grupo ITT. O período da intervenção tem demonstrado que se trata de uma empresa viável, que já aumentou em mais de 40 os postos de trabalho e que desde o ano passado tem dado saldo positivo.

No dia seguinte, de manhã, foi a vez das Minas de carvão do Pejão, onde os deputados comunistas foram recebidos pela administração e pelo director técnico — um deputado do CDS — e onde contactaram com trabalhadores no fundo da mina. Aí, os trabalhadores presentes informaram os deputados comunistas de que se encontravam apresentando a discutir com a administração o CCT, uma vez que desde 1975 que não são aumentados.

À tarde, em S. João da Madeira, os deputados comunistas visitaram três empresas privadas, uma de calçado e duas de etiquetagem. Na Bulhosas (etiquetas autocolantes), com 80

trabalhadores, foram recebidos pela administração, na presença de um delegado sindical. No decorrer do encontro os deputados do PCP constataram que 90 por cento da matéria-prima é importada e que o Governo levanta dificuldades à importação. Aliás, a situação é em tudo semelhante à que existe na outra empresa similar visitada, a Idempa,



António Juzarte

que emprega 71 trabalhadores. Finalmente e ainda em S. João da Madeira, foi visitada a fábrica de calçado Pinto de Oliveira que produz exclusivamente para exportação. Recebidos pelos administradores, os deputados comunistas ficaram a saber que a empresa, depois do 25 de Abril, aumentou de 80 para 200 os postos de trabalho, produzindo cerca de 1000 pares por dia para exportação. Os salários são pagos segundo a PRT em vigor e não existem dívidas à Previdência.

Antes de partirem de S. João da Madeira com destino a Cacia, os

deputados comunistas deslocaram-se ainda à Sapacup, uma cooperativa de calçado formada após o abandono da entidade patronal e resultante da fusão com outra cooperativa. Conta neste momento com 80 trabalhadores e, apesar de várias encomendas da URSS e da RDA — que inclusivamente chegou a avançar capital — a banca não lhe dá crédito pelo que a sua situação económica é difícil.

No último dia da sua estada no distrito de Aveiro, os três deputados do PCP visitaram o centro de produção de Cacia da Portucel (celulose), a fábrica de Águeda da Handy (metalomecânica) e a fábrica de pré-fabricados João Nunes da Rocha, em Aveiro.

A Portucel de Cacia, que emprega 1620 trabalhadores, enfrenta neste momento duas questões delicadas: por um lado, os resultados da indefinição da política de aproveitamento florestal (exporta-se madeira, enquanto que a Portucel luta com falta), por outro lado, ausência de reestruturação do sector papelero.

Na Handy, os deputados do PCP foram recebidos pelo encarregado-geral desta fábrica, que conta em Águeda com 400 trabalhadores e que foi intervenionada há três anos. A empresa encontra-se em situação económica difícil, parte dela necessita de ser reestruturada, outra reconvertida. A banca só concede créditos para compra de matérias-primas e as dívidas à Previdência atingem os 32 mil contos.

A produção de pré-fabricados na João Nunes Rocha, que emprega cerca de 300 trabalhadores, atinge as 50 casas por mês e o principal cliente é o Estado. Ultimamente, a empresa exportou 20 casas para o Iraque e 50 para a República Popular de Angola.

## No distrito de Castelo Branco

A visita às empresas do distrito de Castelo Branco centrou-se exclusivamente em unidades do sector têxtil, precisamente aquelas onde a crise parece ser de maiores proporções.

A primeira a ser visitada foi uma empresa privada onde os seus 90 trabalhadores se encontram em greve desde 8 de Junho deste ano, pelo facto de o patronato não pagar os salários desde Março e retroactivos desde 1975. Enquanto que o MIT declara que a empresa é altamente viável, o patrão não põe os pés na fábrica e afirma que não tem que cumprir com quaisquer leis, quem manda na fábrica é apenas ele. Trata-se de João Belo & Filhos, em Cebolais de Cima.



Hermenegilda Pereira

Outra empresa privada desta localidade, a Tito Capelo Juzarte, que emprega 17 trabalhadores, encontra-se igualmente numa situação difícil, estando o seu contrato de viabilização a ser



OS três deputados do PCP relataram ao nosso jornal as visitas que efectuaram nos distritos de Aveiro e Castelo Branco e o acolhimento que tiveram por parte dos trabalhadores e da população em geral

negociado há um ano. Os salários são baixos e os trabalhadores não recebem, por acordo com o patrão, qualquer subsídio. O Governo não tem prestado qualquer tipo de apoio a esta empresa.

Em Tortosendo, a finalizar esta deslocação a treze empresas dos distritos de Aveiro e Castelo Branco, Hermenegilda Pereira, António Juzarte e Sousa Marques deslocaram-se a duas empresas têxteis: Sociedade de Fabricantes e Moura e Matos. A primeira, que emprega 420 trabalhadores, luta com uma situação económica difícil, agravada pelas dificuldades na importação e pela não concessão de créditos bonificados para a exportação. A segunda destas empresas foi intervenionada e recentemente foi devolvida ao patronato; registre-se que, no decorrer da intervenção, o gestor nomeado pelo Estado foi um dos patrões que a tinha abandonado. As dificuldades que a empresa atravessa são as mesmas das empresas semelhantes do sector têxtil, sendo os 150 trabalhadores desta empresa os seus postos de trabalho ameaçados ou pela pura e simples extinção ou pela transferência arbitrária para outra localidade.

## Outras actividades

A nossa deslocação aos distritos de Aveiro e Castelo Branco — disse-nos Sousa Marques —, não se limitou à visita das empresas e ao contacto, sempre que possível, com os trabalhadores dessas mesmas empresas. Extremamente positivo

e frutuoso foi o contacto directo com populações desta região: através de uma certa informalidade, pudemos nos aperceber do carinho com que as pessoas recebiam e contactavam com deputados comunistas.

E Hermenegilda Pereira acrescentou: Outro dado importante desta visita de uma delegação do Grupo Parlamentar do PCP a 13 empresas foi o facto de ter sido uma iniciativa inédita no região. E esse facto pesou no acolhimento que nos foi dispensado, sobretudo por parte dos trabalhadores e, a maioria das vezes, por parte dos proprietários e gestores.

Por além de tudo isto — sublinhou António Juzarte — há ainda que referir a realização de quatro sessões de esclarecimento nos Centros de Trabalho de Espinho, S. João da Madeira, Covilhã e Tortosendo, e uma entrevista que concedemos ao jornal "Maré Viva", que é editado em Espinho pela Cooperativa "Sol Nascente".

Esta nossa digressão, para além de nos ter facilitado um conhecimento mais directo da realidade desta zona do país, irá ser aproveitada no nosso trabalho parlamentar, nomeadamente em intervenções no período de antes da ordem do dia e na formulação de requerimentos ao Governo, em que iremos colocar os principais problemas com que os trabalhadores se defrontam — disse-nos, a finalizar, Sousa Marques.



Dois aspectos parciais do local onde, a partir de amanhã, decorrerá o Grande Acampamento da Juventude, iniciativa da UJC e da UEC aberta à participação de todos os jovens



A camarada Domingos Oliveira mostra ao repórter do "Avante!" a planta do acampamento, que ocupa uma área total de 23 mil metros quadrados

# S. João da Caparica: Grande Acampamento da Juventude do próximo sábado a 15 de Agosto

Tempo de férias é tempo de convívio, de descanso, de camaradagem. É tempo de dar aquele mergulho na água salgada, fugir àquela onda, dar aqueles «toques» habilidosos na bola jogada na areia molhada. É tempo de passar uns momentos à sombra da árvore sempre amiga, a jogar, a conversar, a cantar, e porque não, a dormir a «sesta» uma vez por outra.

Mas para muitos jovens estas «regalias» ainda não estão ao seu alcance. São os problemas económicos. É a questão que quando se chega a esta altura parece ouvir-se um pouco por todo o lado, às portas das escolas, das fábricas, das empresas e das colectividades, nos cafés e nos centros de convívio, em todos os locais onde é habitual a presença da juventude: «não sei para onde é que hei-de ir...».

Pois o problema está resolvido! E da melhor forma.

«Sem gastares muito dinheiro terás praia, campo, convívio, juventude, amizade, recreio, desporto, cultura, tudo harmonizado de forma perfeita, a fazer o melhor local de férias da juventude. Contigo será melhor, mais jovem, mais vivido intensamente... o acampamento. O teu acampamento, o acampamento de todos nós. O Grande Acampamento da Juventude. Não esperes mais! Inscreve-te já! A este apelo, feito na Folha Informativa n.º 1 (Julho) do acampamento, já muitos jovens deram uma resposta. Nesta altura, são cerca de meio milhar. Mas serão mais daqui até ao início da jornada, que decorrerá de 29 deste mês (próximo sábado) a 15 de Agosto, em S. João da Caparica, junto ao campo de futebol da Trafaria.

A iniciativa pertence à UJC e à UEC, e segundo o Regulamento, anteontem divulgado em conferência de imprensa, está aberta à participação de todos os jovens com menos de 30 anos, independentemente das suas ideias políticas, religiosas ou partidárias. As inscrições fazem-se em qualquer

organização da UJC ou da UEC e nos CT's do Partido, mediante o preenchimento de uma ficha e, o pagamento de 30 ou 50 escudos, consoante o jovem inscrito tenha ou não tenda, acrescidos de uma diária de 7550 ou 12550, respectivamente, pelo mesmo motivo, sendo este pagamento efectuado no próprio acampamento.

O trabalho de preparação do local (que abrange 23 mil metros quadrados) onde irá decorrer o acampamento foi iniciado no último fim-de-semana de Junho. A primeira «frente» deste trabalho foi a delimitação do local e a adaptação do seu terreno para a montagem das tendas e de instalações diversas.

## Um local perto da praia

No último fim-de-semana, a reportagem do "Avante!" esteve no recinto, já transformado pelo trabalho voluntário de várias dezenas de jovens, dirigentes, militantes e simpatizantes da UJC e UEC. Na altura, falámos com o camarada Domingos Oliveira, da comissão organizadora do acampamento e membro do

Executivo da CC da UJC, que começou por nos dizer:

Uma das primeiras preocupações que tivemos ao organizar este acampamento foi a de escolher — mesmo sob as limitações e condicionaisismos que encontramos pela frente — um local agradável, fresco, perto da praia, um lugar ideal para a montagem de um grande acampamento, e de fácil acesso.

Tais objectivos foram plenamente alcançados. Este extenso local é, na verdade, acolhedor e atraente para a juventude e além disso

é servido por uma boa rede de transportes públicos, que funciona a quase toda a hora, que de Lisboa (Praça de Espanha e Alcântara — autocarro; Cacilhas e Belém — barco) quer das localidades da Margem Sul.

Entre os jovens já inscritos — segundo nos revelou mais adiante — contam-se muitos que só poderão estar entre nós, aqui no acampamento aos fins-de-semana. São, na sua maioria, jovens trabalhadores e trabalhadoras que não têm

férias no período do acampamento.

Refira-se, a propósito, que a comissão organizadora preparou para os fins-de-semana, em particular para o último (12, 13, 14 e 15 de Agosto; isto para quem possa fazer a «ponte» do dia 14, segunda-feira, para aproveitar o feriado de 15) um variado conjunto de iniciativas culturais, desportivas, recreativas e de convívio.

Antes de se referir a estas iniciativas, o camarada Oliveira falou-nos sobre as estruturas de

apoio do acampamento. Depois de salientar que a comissão

organizadora assegurará a montagem das tendas que forem necessárias para acolher todos os jovens que as não tenham, aquele dirigente da UJC disse-nos: Além de um serviço permanente que funcionará como recepção, secretaria e informações, o acampamento terá três cozinhas com fogões industriais painéis e tachos; um armazém central com todos os produtos necessários, desde o leite à carne e peixe, passando por frutas, conservas, legumes, etc.; sanitários e balneários, uns para rapazes, outros para raparigas; uma bar central com esplanada e televisão, e onde haverá café e imperial, além de muitas outras bebidas e petiscos; lavatórios; e lava-louças espalhados um pouco por todo o acampamento; um posto de primeiros-socorros com serviço permanente; e ainda uma cabine sonora onde será transmitido um programa de rádio interno. Em todo o acampamento serão colocados recipientes para o lixo. O campista tem o dever de cuidar do assento e da higiene do recinto e, como diz o Regulamento, «é-lhe por isso vedado deitar quaisquer detritos para o chão».

Depois de salientar o apoio e a colaboração das Câmaras Municipais de Lisboa, Almada, Sesimbra e Setúbal, que cedem diversos materiais, nomeadamente gámbiarras, estacas e postes, o camarada Oliveira afirmou: No âmbito da comissão organizadora funcionam duas comissões: a que trata das questões culturais e recreativas e a que trata das questões desportivas.

Com efeito, estão programadas diversas iniciativas de carácter cultural e recreativo, de que destacamos: dia 29, à noite, baile com conjunto musical; dia 30, projecção do filme «O Bom, e o Mau, Vilão»; dia 5 (sábado) jornada dedicada ao XI Festival, com exposição, Canto Livre e baile; dia 6, projecção do filme «O Grande Ditador»; dia 12, apresentação do filme «Há lodo no Cals». Entretanto, nos dias 2 e 9 também haverá teatro. De 12 em 12 dias um grande fogo de campo «iluminará» todo o recinto, proporcionando momentos de convívio e amizade

aos campistas reunidos na «rotunda», zona central do acampamento. No plano desportivo há a salientar a realização de um grande corta-mato no pinhal junto ao acampamento, várias corridas de velocidade, provas de atletismo aos fins-de-semana, torneios de futebol, badminton e voleibol. Algumas das iniciativas desportivas terão lugar no campo de futebol da Trafaria.

Para as provas de xadrez foram fornecidos alguns materiais pela Direcção-Geral dos Desportos (DGD). No acampamento, haverá ainda duas mesas de ping-pong, matriquilos e máquinas de jogos.

A zona do pinhal, onde decorrerão os bailes, está aberta a toda a gente, nomeadamente aos jovens dos outros parques da Costa da Caparica.

Para as provas de xadrez foram fornecidos alguns materiais pela Direcção-Geral dos Desportos (DGD). No acampamento, haverá ainda duas mesas de ping-pong, matriquilos e máquinas de jogos.

A zona do pinhal, onde decorrerão os bailes, está aberta a toda a gente, nomeadamente aos jovens dos outros parques da Costa da Caparica.

Na nossa próxima edição divulgaremos mais pormenores sobre este acampamento. Adiantamos desde já que, no seu Regulamento, foi aberta uma excepção quanto às inscrições: os familiares das jovens que as queiram acompanhar e assim também participar no acampamento, podem fazê-lo.

No dia 14 de Agosto terá lugar o Grande Festival de Encerramento durante o qual

# Os deveres do campista

Do Regulamento do Grande Acampamento da Juventude, anteontem divulgado aos órgãos de Comunicação Social, destacamos em seguida os pontos que se referem à organização e aos deveres do campista.

Em relação ao primeiro, salienta-se que o organismo responsável pelo acampamento é o Conselho de Campo, constituído por um elemento de cada sector: recepção, implantação, vigilância, comissão desportiva, comissão cultural e recreativa, primeiros socorros, bar, abastecimento e cozinhas, limpeza e higiene. Funcionará permanentemente um secretariado de campo composto por três elementos.

Sobre os deveres do campista, sublinha o Regulamento:

1. O período de silêncio será entre as 00.30 e as 8h, sendo proibido nestes períodos fazer barulho.
2. O campista deverá andar munido do seu cartão que lhe confere o direito de utilizar todas as instalações do recinto.
3. É vedado ao campista cortar ou estragar qualquer árvore dentro ou fora do acampamento.
4. O campista tem o dever de cuidar do assento e da higiene do recinto. É-lhe por isso vedado deitar quaisquer detritos para o chão.
5. Qualquer campista que estrague ou inutilize material do acampamento é punido com o pagamento dos prejuízos que daí advierem.
6. Haverá áreas próprias para a localização das tendas para os rapazes e raparigas.
7. No decorrer do acampamento serão organizadas várias provas desportivas e actividades recreativas, nas quais cada campista se poderá integrar.
8. Qualquer jovem ou grupo de jovens poderá organizar e apresentar iniciativas de carácter desportivo, recreativo e cultural desde que se enquadrem nos objectivos do acampamento.

# Patente no Porto até dia 6 a exposição sobre o Tarrafal

Os documentos aqui expostos e a nossa presença, as escassas dezenas ainda vivas, poderão e deverão esclarecer muitos portugueses sobre uma das páginas mais negras da nossa História. O Tarrafal existiu, foi uma realidade, faz parte da nossa História. Todos os portugueses têm o direito e até o dever de conhecerem o que se passou. O Tarrafal foi um crime muito para além do que os mais

propensos a acatar regimes de repressão desejariam, e esse crime deve ser denunciado.

Palavras proferidas por João Faria Borda, membro da comissão de sobreviventes do Tarrafal, no passado sábado à noite, no Palácio de Cristal, no Porto, onde, com o apoio de uma comissão integrada por mais de uma centena de democratas, se encontra patente uma exposição documental sobre o Campo da

Morte Lenta, patente aos visitantes até ao próximo dia 6 de Agosto.

Ná sua última reunião, a Assembleia Municipal do Porto aprovou por unanimidade uma moção manifestando a sua solidariedade aos sobreviventes do Tarrafal, e decidiu fazer-se, perante o acção inaugural, aquela tomada do país, a AM considera que, em face da iniciativa governamental de nomear uma comissão de

prestigiosas personalidades antifascistas para elaborar e publicar o Livro Negro do Fascismo, esta exposição constitui um valioso documentário sobre um dos aspectos mais tenebrosos da acção do fascismo contra os Direitos do Homem.

Além de vários sobreviventes do Tarrafal, estiveram presentes na inauguração da exposição o governador civil do Porto, dr. Mário Cal Brandão, o presidente da

Câmara, engenheiro Aureliano Veloso, e o presidente da Assembleia Municipal, dr. António Macedo, assim como inúmeros membros da comissão de apoio, designadamente Ângelo Veloso, Álvaro Ferreira Alves, Artur Senheiro, Flávio Martins, Joaquim Felgueiras, José Morgado, Macedo Varela, Maximiano Silva, Cassiano Abreu Lima, Manuel Andrade, Oscar Lopes, Raul de Castro, Rui Luís Gomes e Virgínia Moura.

A exposição, que tem sido visitada por milhares de pessoas, está aberta das 19 às 23 horas nos dias úteis e das 15 às 23 aos fins-de-semana.

Nos próximos sábado e domingo realizam-se, pelas 21 e 30, colóquios orientados por Joaquim Ribeiro, João Campelo, Domingos Quintas, Fernando Quirino e Diniz Cabaco. No dia 6 de Agosto efectua-se a sessão de encerramento.



Um aspecto da exposição

Semana

19

Quarta-feira

1886 — Morre, com 31 anos, o poeta Cesário Verde.

O «Boletim de Trabalho e Emprego» do Ministério do Trabalho, publica diversas convenções colectivas de trabalho, para entrarem imediatamente em vigor, que alargam o âmbito dos Contratos...

20

Quinta-feira

1976 — Atentado bombista contra a Casa de Angola, em Lisboa.

Segundo o matutino «Correio dos Acores» deslocar-se-ão, dentro de dias, a esta zona do país, advogados encarregados de dar apoio jurídico ao novo Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas de S. Miguel...

21

Sexta-feira

1844 — Nasce em Mirandela o escritor Luciano Cordeiro. Foi o fundador da Sociedade de Geografia de Lisboa.

A Assembleia da República reuniu expressamente para receber o presidente Giscard d'Estaing. O patronato da indústria de panificação concorda em iniciar negociações directas com os representantes dos sindicatos com vista à revisão da tabela salarial...

22

Sábado

1977 — Na Assembleia da República é aprovada a chamada «Lei Barato», com os votos do PS, PPD, CDS.

O camarada Octávio Pato afirma, na Academia de Santo Amaro e durante uma sessão de esclarecimento, que o CDS está a representar o papel propulsor das forças desestabilizadoras da reacção...

23

Domingo

1976 — Toma posse o I Governo presidido por Mário Soares.

O camarada Álvaro Cunhal, falando no início de encerramento da «Festa da Liberdade», promovida pelo Comité Local de Lisboa do PCP e realizada nos Olivais, afirma que se o PS souber dizer «não», a chantagem do CDS cairá como um balcão de cartas...

24

Segunda-feira

1883 — O marechal duque da Terceira entra em Lisboa, pondo em debandada as tropas miguelistas.

Os três ministros do CDS que integravam o governo PS/CDS apresentam a sua demissão, a qual foi aceite pelo primeiro-ministro, Mário Soares. A Comissão Directiva do PS reúne-se na sede do Largo do Rato para debater a crise política desencadeada pelo CDS.

25

Terça-feira

1109 — Nasce, em Guimarães, D. Afonso Henriques, primeiro rei de Portugal.

A Comissão Directiva do PS emite um comunicado onde, em resposta à denúncia do acordo governamental por parte do CDS, apela firmemente o governo e apela a todas as forças democráticas para a defesa da democracia e das instituições democráticas...

Até as férias servem para o desemprego

As ameaças de desemprego aumentam todos os dias. Além dos casos confirmados, a desocupação por largos meses ou o despedimento efectivo atinge milhares de famílias por esse país fora. Ultimamente, até as férias, ao fim de um ano de trabalho, trazem consigo a ameaça do despedimento...

- J. Pimenta — Ameaçado de desemprego por 1400 dos 1800 trabalhadores da empresa. Dirige os sindicatos reunidos hoje e dão uma conferência de imprensa.
CIFA — Concentração hoje, em Valongo. Em perigo 1600 postos de trabalho.
Standard Eléctrica — Luta para evitar despedimento colectivo. 765 empregos em risco de desaparecer.
Fleipe — Inviabilidade financeira da responsabilidade do MIT e falta de protecção aduaneira põem em risco grande número de postos de trabalho.
Empresas da zona de S. João da Madeira — Incerteza generalizada perante o dia de amanhã.

«Várias empresas de caçado como as Malas Marques, M. Fernandes, Vieira & Vieira e outras, abrangendo cerca de 100 trabalhadores reduziram os postos de trabalho ou fecharam as portas, em geral com o apoio dos órgãos governamentais, nomeadamente do Ministério do Trabalho»...

- Empresas de Aveiro — Ofensiva patronal contra os direitos dos trabalhadores. Caso recente: Cortiço Dourado despede abusivamente 20 trabalhadores, incluindo 2 mulheres grávidas.
Teatro S. Carlos — 20 trabalhadores dependentes da Secretaria de Estado da Cultura, consideram-se sob a ameaça de despedimento.
Pinhelos — Ilegalmente despedidos, 33 trabalhadores mantêm-se dentro das instalações da empresa.
Sociedade de Vinhos Borges — Ameaça de desinvenção põe em risco os postos de trabalho.
Tomé Feteira — Manobras do patronato para regressar à empresa.

lado da luta de massas, os tribunais e todos os meios ao dispor dos trabalhadores para fazer valer os seus direitos. A campanha que o patronato reacionário frequentemente com o apoio do Governo, tenta conduzir contra o Movimento Sindical, com base na repressão e nos despedimentos, não tem êxito junto dos trabalhadores organizados. Mas é necessário que essa campanha não iluda um trabalhador sequer...

Vencer é possível

A Auto-Vitória é um exemplo. Depois de incontáveis sacrifícios para salvar a empresa e os postos de trabalho, os 38 trabalhadores da Auto-Vitória de Coimbra tiveram de enfrentar o desemprego. Mas não desistiram da luta que se prolongou por um ano. O tribunal acaba de fazer justiça ordenando a sua readmissão...

Determinação e êxitos nas paralisações e greves

Iniciada em 12 do corrente, a greve da Marinha Mercante dominou ainda pelo seu volume as paralisações da semana passada. Mais de 100 navios parados exigem a continuação do diálogo que os sindicatos nunca recusaram. Como noutros sectores e empresas, o que continua a estar em jogo são reivindicações mais que justas e legítimas da grande massa dos trabalhadores portugueses: a negociação normal da contratação colectiva, a revisão das tabelas salariais, o cumprimento dos contratos assinados...

determinação e a justiça da sua luta. Na Marinha Mercante, a resolução do conflito, que depende de um pequeno reajustamento salarial, parece não ter encontrado ainda solução devido à crise governamental. Na Panificação, os patrões organizados recusaram e decidiram entabular negociações directas com os representantes sindicais. Na Hotelaria, a anulação da greve dependia apenas da vontade de negociar que o patronato até agora não tem demonstrado...

em luta, salienta a forma como esses trabalhadores «têm vindo a lutar com o justo objectivo de melhorarem as suas condições de vida e de trabalho». A Central unitária «sublinha e enaltece» as «provas de civismo» patenteadas pelos trabalhadores da Marinha Mercante ao defenderem «os interesses da população e da economia nacional, não se furtando a trabalhar nos casos em que, justificadamente, esses interesses o exijam».

A CGTP-IN propõe debate sobre juízes sociais

A CGTP-IN, em reunião recente do seu Secretariado Nacional, analisou a questão dos juízes sociais, propôs sobre ela um debate e denunciou «o facto de toda a regulamentação da Lei Orgânica dos Tribunais Judiciais, na parte respeitante aos Tribunais de Trabalho, e a preparação das reformas ao processo de trabalho, estarem a ser feitas pelo Governo com total marginalização dos trabalhadores, do Movimento Sindical e dos próprios juizes, delegados do Ministério Público e funcionários judiciais dos Tribunais de Trabalho»...

alterações, relativamente ao que foi criado pelo regime corporativo-fascista, apesar das inúmeras reivindicações sindicais no sentido da sua transformação». Perante esta situação, que propõe a CGTP-IN? Depois de analisar o Decreto-Lei 156/78, de 30 de Junho, «sobre a designação dos juizes sociais (um trabalhador e uma entidade patronal) para certas causas a julgar pelos Tribunais de Trabalho»...

Para que o 25 de Abril se aproxime dos Tribunais de Trabalho

A CGTP-IN, prevendo a não suspensão do DL 156/78, ao contrário do que solicitou ao Governo, pronuncia-se no sentido «de serem imediatamente tomadas as iniciativas necessárias para apresentação dos candidatos (a juizes sociais) a escolher em assembleias gerais dos Sindicatos até 16 de Agosto». O sistema processual, as Comissões de Conciliação e Julgamento e os Tribunais de Trabalho funcionam, no seu conjunto, como mecanismos de sustentação ou de legitimação das piores formas de exploração capitalista...

Pela definição da Mesa

Aceite pelo Governo o plano do MIT para a Mesa, os trabalhadores esperam que as promessas se cumpram e que a importante empresa de produção de máquinas de escrever, cuja definição se arrasta desde 26 de Maio de 1976, se transforme realmente em empresa de capitais mistos com a participação do Estado, dos trabalhadores e do capital privado.

Um salário mínimo mais «mínimo» que a Lei

têm desenvolvido numerosos contactos e formas de luta para apoiar a justiça das suas reivindicações, não exigem mais do que o cumprimento dos compromissos já assumidos pelo Ministério da Indústria e Tecnologia e pelo Governo. Os trabalhadores, que têm feito todos os sacrifícios pela salvação da empresa e dos postos de trabalho, lembram que continuam a receber salários pela PRT (Portaria de Regulamentação de Trabalho) de 1975 e que não têm contribuído de modo nenhum para as dificuldades de tesouraria de que a Mesa tem sofrido.

Para o efeito, o Secretariado Nacional da CGTP-IN solicitou ao Governo uma audiência, através do Ministério da Justiça. Entretanto, «se a lei não for suspensa», o Movimento Sindical «lutará para que sejam nomeados representantes legítimos dos trabalhadores, e tomará iniciativas para que esses juizes sociais desempenhem as suas funções com utilidade para os trabalhadores, na construção de uma justiça do trabalho conforme a Constituição».

30 por cento para os Têxteis

Será entregue ainda este mês ao patronato a proposta final do Contrato Colectivo de Trabalho Vertical (CCTV) do sector têxtil. O secretariado da respectiva Federação sindical, reunido recentemente em Coimbra, debateu os reajustamentos salariais aprovados em plenários por todo o país e decidiu propor aumentos da ordem dos trinta por cento da massa salarial.

Meio dia de salário para Sindicatos rurais

reajustamentos salariais agora propostos, baseiam-se nas realidades do sector e ficam ainda assim aquém das justas necessidades dos trabalhadores dos têxteis, lanifícios e vestuário que se contam entre os mais mal pagos do país. O limite dos 20 por cento, imposto pela Lei da Contratação para os aumentos salariais, foi recusado pelos trabalhadores nos plenários nacionais por insuficiente para o sector.

No seguimento de várias tomadas de posição contra o Decreto-Lei 113/78, de 29 de Maio, que estipula o chamado «salário mínimo nacional», a CGTP-IN, «interpretando o pensamento das organizações sindicais e as justas reivindicações dos trabalhadores portugueses», denuncia aquele decreto «como contrário aos direitos e interesses destes, pela sua demagogia e pelas violações à Constituição que contém».

Inatel em encontro

Depois de amanhã, sábado, 29, em representação de cerca de 1200 trabalhadores de todos os pontos do país, reunir-se-ão, em Lisboa, na sede do Organismo, as diversas estruturas dos trabalhadores do INATEL. Trata-se do seu primeiro Encontro Nacional, da própria iniciativa dos interessados, «de que se espera venham a surgir resoluções que abram caminho à necessária, urgente e indispensável definição» daquele Organismo — afirma num comunicado a CT do INATEL-Sede — «numa altura em que o Instituto Nacional para Aproveitamento dos Tempos Livres dos Trabalhadores, abraços com a sua não definição injustificada, se vê por este motivo impedido de cumprir a sua vocação essencial: assumir-se autenticamente como organismo dos e para os trabalhadores nos domínios da cultura, do desporto e do lazer».

Meio dia de salário para Sindicatos rurais

«Meio-dia de salário para quem precisa» é o lema que preside a uma campanha de fundos de solidariedade para os Sindicatos Agrícolas do Norte e Centro e os Sindicatos da Madeira e dos Açores. Lançada pelos ferroviários, segundo proposta aprovada em plenário, a campanha é dinamizada pela Federação dos Sindicatos Ferroviários que num comunicado afirma: «Sabemos, camaradas, que é um esforço grande, mas, camaradas, temos de nos apoiar mutuamente, tanto mais que a aplicação por parte do Governo da actual política de recuperação capitalista está a atingir gravemente os trabalhadores portugueses e, particularmente, os Sindicatos que lutam em dramáticas circunstâncias, em regiões onde as liberdades democráticas ainda não existem totalmente».

Entretanto, segundo o matutino «Correio dos Açores», a CGTP-IN deslocou para o arquipélago os advogados pedidos pelo novo Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas de São Miguel, a fim de prestarem apoio jurídico a essa associação sindical.

Rádio Moscovo transmite para Portugal 3 vezes por dia. Das 19.30 às 20.30, das 20.30 às 21.30 e das 22 às 23 horas, em 25, 31, 41 e 49 metros.

Materializar em fundos de solidariedade é o objectivo da campanha dos trabalhadores ferroviários em apoio aos Sindicatos Agrícolas do Norte e Centro, Madeira e Açores. Imagem de trabalhadores segurando uma bandeira.

8,9,10 de setembro vale do jamor



festa do Avante!

## Avante na venda da EP!

Prossegue em todo o país a venda da EP, o cupão que permite visitar a Festa do «Avante!» durante os seus três dias: 8, 9 e 10 de Setembro.

Até agora muitos milhares de EP's foram já vendidos. Mas não podemos parar! Há que seguir o exemplo (já aqui referido em anteriores edições) de muitos camaradas que têm vendido, sózinhos, dezenas de Entradas Permanentes. E o exemplo das organizações e núcleos de militantes que já ultrapassaram as metas previstas. É o caso dos camaradas que vivem actualmente na Grã-Bretanha. Aqueles trabalhadores emigrantes comunistas já ultrapassaram a meta que tinha sido fixada e conseguiram ainda, com iniciativas recentes, uma pequena mas significativa contribuição financeira para ajudar o Partido. Compraram também vários bacalhaus naquele país para a Festa do «Avante!».

Há, pois, que continuar o trabalho militante da venda da EP. Há que falar uma vez mais aos camaradas e amigos das vantagens em adquiri-la já. É que vêm aí mais sorteios com prémios aliciantes.

Por outro lado, quem comprar agora a EP fica com o «orçamento» mais aliviado para Setembro e depois, na Festa, sempre poderá comprar mais esta ou aquela lembrança.

E os camaradas que ainda não foram de férias também têm todo o interesse em adquirir agora a EP! É que quando regressarem escusam de ir para as «bichas». Isto sem falar do «perigo» de se esgotarem os cupões. Portanto, mais vale prevenir que remediar...

Mas ainda há outro aspecto importante relacionado com a EP: os fundos adquiridos com a sua venda vão ajudar a erguer a «cidade» do Vale do Jamor, vão ajudar a realizar essa grandiosa jornada de convívio popular que é a Festa do «Avante!».

Portanto, camaradas, mãos-à-obra! Vamos reforçar, desde já, a venda da EP e, assim, dar um passo em frente para o pleno êxito da Festa do «Avante!», Festa do Povo, Festa da Unidade!

## Grande actividade no Norte

O interesse dos militantes, simpatizantes e amigos do Partido da área da Organização Regional do Norte (ORN) relativamente à festa do «Avante!» é superior ao suscitado pelas duas anteriores edições. Basta dizer que, neste momento, a mais de um mês do início da grandiosa jornada do Vale do Jamor, o número de excursões organizadas é o maior de sempre.

Segundo apurámos, estão praticamente vendidos os lugares de mais de quatro dezenas de autocarros: de Vila Nova de Gaia está já garantida a partida de onze, nove de Gondomar, onde estão a ser organizadas mais duas excursões, enquanto muitos outros partirão de diversas localidades dos cinco distritos a norte do Douro. De registar, ainda o facto de em locais, onde nunca se tinham organizado excursões, (Paços de Ferreira, Felgueiras e Lousada), já estarem cheios um a três autocarros.

Outro índice significativo do entusiasmo que está a suscitar a jornada, promovida pelo órgão central do Partido da verdade e do futuro, é a venda da EP, que também tem decorrido num ritmo superior ao dos dois anos anteriores. A este respeito aproveitamos o ensejo para lançar um apelo no sentido de ser rapidamente encaminhado para os responsáveis do dinheiro das vendas. Nunca esquecer que a orientação é: EP vendida, dinheiro entregue.

Entretanto, está a decorrer o trabalho preparatório para

a implantação dos pavilhões da ORN que ocuparão a área coberta de 750 metros quadrados, além de cerca de 400 metros quadrados reservados ao restaurante, onde — como é sabido — serão servidas as apreciadas especialidades culinárias da região.

A exposição política vai procurar mostrar aos visitantes os aspectos mais salientes dos sucessos e iniciativas promovidas pelo nosso Partido e pelos diversos destacamentos do movimento popular no último ano, no norte, que tanto contribuíram para a mudança e consolidação de posições das forças progressistas nos cinco distritos incluídos na ORN. Além de painéis que ocuparão uma extensão de 90 metros, haverá uma sala de cinema e será projectado um diaporama que, à noite, poderá ser observado do exterior, através de um ecran translúcido.

O artesanato e outros produtos regionais terão também um lugar destacado, podendo ser adquiridos nos vários stands de vendas. Registe-se o facto de ser significativo o número de objectos oferecidos por camaradas, simpatizantes e amigos do Partido. Além disso, há a salientar ainda o facto de muita gente estar a trabalhar na confecção de artigos, como é o caso, — a título de exemplo, — das rendilhadas de bilros de Vila do Conde e de camaradas e amigos da Póvoa do Varzim, desde há cerca de dois meses a fazer as conhecidas camisolas das poveiras.

# No próximo fim de semana estamos todos no Jamor!

De certeza, muitos camaradas e amigos já contaram os dias que faltam para a Festa do «Avante!». É isso: estamos quase no fim de Julho. Depois, passa Agosto a correr. E em Setembro, no dia 8, a Festa abre as suas portas a milhares de portugueses.

Faltam, portanto, poucas semanas! Entretanto, é caso para perguntar: «como vai o trabalho no Jamor?». É verdade: o trabalho está a avançar... mas ainda há muito para fazer!

Nos últimos fins de semana, muitos camaradas têm corrido ao Vale do Jamor. E a «paisagem» agora já é outra. Mas ainda há restolho para arrancar. O extenso terreno — não esquecer que tem uma área superior a 25 campos de futebol — ainda não está completamente preparado para se iniciar a montagem dos primeiros stands e pavilhões.

No passado fim de semana algumas dezenas de camaradas e amigos estiveram lá e não tiveram mãos a medir. As picaretas, as pás e as enxadas não pararam desde a manhã de sábado até ao fim da tarde de domingo.

Entusiasmo não faltou. E força também não. Com a ajuda de uma ceifeira e uma enfardadeira, os comunistas e amigos do Partido que estiveram a trabalhar no Jamor neste último fim de semana deram um bom avanço à difícil tarefa de preparação do terreno, apesar do sol escaldante que foi presença constante ao longo dos dois dias.

Jornada de trabalho voluntário de apoio à realização da Festa do «Avante!», a jornada do passado fim de semana foi também de grande confraternização, vivida num ambiente de alegria e militância revolucionária.

«Vim para aqui com a família, logo de manhã, e já, encontrei pessoal do meu bairro. Almoçámos todos juntos, ali à sombra das árvores. Depois, voltámos ao trabalho. Novos e velhos, homens e mulheres. E até os miúdos, que não lhes faz nada mal desde que tragam o boné na cabeça» — afirmava-nos um camarada de Alcântara, no sábado à tarde. O que ele nos disse também muitos outros camaradas o poderiam dizer, pois vimos muitas famílias e muitos grupos de conhecidos almoçarem tranquilamente debaixo das árvores que rodeiam o recinto onde brevemente se erguerá a terceira Festa do «Avante!».

Ao lado do camarada de Alcântara, além de vários miúdos, lá estavam camaradas e amigos, militantes e simpatizantes do Partido, trabalhadores da Corame, Sidul e Cel-Cat, e vários camaradas da Póvoa de S. Iria, entre muitos outros anonimamente dispersos pela imensa planura.

Ontem, o Vale do Jamor recebeu a visita de camaradas e amigos vindos de Loures, visto que houve feriado no concelho.

No próximo fim de semana o trabalho vai continuar. E certamente com



Como se vê na foto, os camaradas que se deslocaram ao Jamor no passado fim-de-semana não tiveram mãos a medir. Mas uma jornada de trabalho voluntário «no duro» e o recinto fica provavelmente pronto para se iniciar a montagem dos primeiros stands e pavilhões

o mesmo entusiasmo, com o mesmo convívio, com a mesma alegria.

Os camaradas e amigos que tenham em vista ir até à praia podem passar pelo Jamor para dar uma ajuda. Vão ver que vale a pena. A confraternização que lá se vive é sempre agradável. O ar que lá se respira é mesmo puro (e até «funciona» como complemento ao da praia). E a ajuda, bem camaradas, essa é mesma necessária! Não é exagero dizer que a plena realização da nossa Festa e o seu êxito dependem, desde já, do trabalho de preparação do terreno, onde ainda se vê bastante mato e restolho para desbravar.

Vamos ao trabalho, camaradas! Vamos fazer da terceira Festa do «Avante!» a maior de todas!

## Desporto: uma presença saliente e mobilizadora

A par dos espectáculos, das iniciativas culturais e recreativas e dos atractivos gerais que a caracterizam como jornada de convívio, amizade e solidariedade internacionalista, a Festa do «Avante!» deste ano vai ter no desporto uma presença saliente e mobilizadora, estando prevista, nas diversas modalidades e iniciativas, a participação de milhares de pessoas.

Para além de proporcionar bons momentos de confraternização e de prática desportiva — tão pouco estimulada no país — a organização de iniciativas de carácter desportivo no âmbito de Festa evidencia a forma como os comunistas encaram o desporto: uma necessidade a que é preciso dar resposta objectiva e rápida, um direito de todos os cidadãos consagrado na Constituição, uma condição indispensável para a manutenção da saúde, uma prática a organizar e estimular numa dinâmica democrática apontada à massificação.

Mas voltemos à Festa.

### Corrida e Marcha da Saúde e da Alegria

Uma iniciativa que continua a suscitar grande interesse.

Refira-se, por exemplo, que a Agenda de Treino está a ser adquirida por

muitos camaradas e amigos, desenvolvendo-se em todo o país o esclarecimento sobre a forma como se pode participar na iniciativa.

Em Tomar já estão inscritas mais de 70 pessoas e em Lisboa cerca de três centenas.

Em muitos Centros de Trabalho do Partido encontram-se painéis com informações sobre a «Corrida e Marcha da Saúde e da Alegria», uma iniciativa que promete.

### Torneio de Futebol

O Torneio de Futebol promovido a nível nacional no âmbito da Festa é outra das iniciativas acolhidas com grande entusiasmo. Já se realizaram diversos torneios de qualificação, nomeadamente a nível concelhio, estando previstos muitos outros para os próximos fins-de-semana, que movimentarão centenas de participantes.

Na região da DORL, por exemplo, o torneio conta com 89 equipas. A vencedora será conhecida em 27 de Agosto. Em Lisboa, o Comité Local do Partido inicia no próximo sábado o torneio correspondente à zona concelhia da capital, que se denomina «Torneio da Fraternidade».

Inscreveram-se 32 equipas, que entre si disputarão a Taça da Unidade, recebendo a equipa que fique em



No próximo domingo decorrerá em Espinho, na lota da Marinha, a partir das 14 e 30, uma grande festa popular durante a qual serão entregues os prémios do «1º Torneio de Futebol da Festa do Avante — Espinho-78», saiu vencedora a equipa do Cantinho da Rambóia (na foto). Os prémios constam de taças para todas as equipas que participaram no Torneio, placas para os melhores guarda-redes e marcadores, medalhas para os árbitros e livros sobre diversos aspectos da vida nos países socialistas para todos os participantes. Além de Canto Livre com José Barata Moura, Fernando Marques (Zé Viola), Pinto de Oliveira e Borges do Bairro, haverá sessão de teatro infantil a cargo do Teatro Popular de Espinho da Cooperativa Nascente, e uma intervenção sobre as nossas anteriores Festas

segundo lugar a Taça Bloco Democrático. Na jornada inaugural deste torneio serão jogadas sete jogos (três de manhã e quatro à tarde) no Jamor, Estádio Universitário e Estádio 1.º de Maio. O torneio prossegue no domingo, prolongando-se até 15 de Agosto, dia da final.

Em Oeiras prossegue no próximo fim-de-semana o torneio do concelho com a realização de oito jogos.

Em Loures, disputam-se no sábado as meias-finais, a partir das 9 horas. Jogam as equipas do Juventude de Sacavém-Luso Alemã e Estrela Vermelha-Piriscoxe. Estes jogos terão lugar no campo da Fina.

A final será no domingo no campo de S. Iria.

No mesmo dia também se jogará a final do torneio concelhio de Cascais. Nas meias-finais, a disputar depois de amanhã, defrontam-se os Unidos da Parede — Grupo Desportivo de Vinhais e Cooperativa de Trajousse — Juventude de Tires. Os jogos realizam-se no campo de Malveira da Serra.

Entretanto, foi decidido que cada região do país apurará o seu vencedor até 27 de Agosto (data limite). Nas semanas seguintes decorrerá um torneio entre os representantes de cada DOR a fim de apurar as duas equipas que jogarão a «finalíssima» no Jamor,

no decorrer do Festival Desportivo da Festa.

### Festival Desportivo

Trata-se de uma importante jornada da Festa do «Avante!», cujo trabalho preparatório está a decorrer em bom ritmo. Além de outras modalidades e atracções, incluirá exposições de ginástica rítmica por equipas da URSS, RDA e Bulgária.

Este Festival será, estamos certos, momento alto da nossa Festa, além de constituir uma grande jornada de divulgação desportiva e de incentivo aos jovens de todas as idades para que, dentro dos

condicionalismos

existentes no país, tomem parte de forma massiva na actividade desportiva.

### Jogos populares

Conforme já foi anunciado, haverá na Festa um variado conjunto de jogos populares de carácter regional, abertos à participação de todos os visitantes. Além dos conhecidos jogos da malha, chinquilho, pau encebado e caça ao leitão, prevê-se que as Direcções Regionais apresentem outros jogos típicos das suas localidades.

### Pesca desportiva

Uma modalidade apreciada por muitas pessoas. Uma forma de descontração. Uma iniciativa que certamente mobilizará muitos camaradas e amigos.

Os interessados devem começar a procurar na dispensa as botas de borracha, as canas de pesca e os sacos (dos grandes!) para levar o peixe. Podem também começar a preparar o anzós e os carretos.

Mas porque esta preparação toda? Bem é que vai haver um grande concurso de pesca desportiva, de que divulgaremos posteriormente mais pormenores.

Os peixes-vítimas serão os que, na altura, andem a passear nas águas do Tejo, próximo do local da Festa.

### O artesanato ribatejano estará presente

A semelhança do que está a acontecer noutras regiões do país, vive-se em Santarém um ambiente de grande entusiasmo em torno do trabalho de preparação e divulgação da Festa do «Avante!», nomeadamente na venda da EP e na organização do pavilhão regional a erguer no Vale do Jamor. Entre outros motivos de atracção, aquele pavilhão terá um variado conjunto de artesanato. Perante o olhar curioso e o interesse de muitos visitantes, alguns operários torneiros de Pernes

e um oleiro de Santarém confeccionarão os tão apreciados trabalhos de torneados em madeira e os pequenos objectos de barro de S. Domingos.

A beleza dos objectos confeccionados por aqueles artistas da indústria regional será, estamos certos, um dos aspectos mais salientes do pavilhão de Santarém, que através do artesanato (mas não só) levará para a Festa a presença e a actividade criadora da população ribatejana.

### Festa do Emigrante em Portalegre

No passado fim-de-semana decorreu em Campo Maior a Festa do Emigrante, jornada de unidade que teve como principais objectivos o convívio com os trabalhadores emigrantes em férias no concelho e a divulgação da Festa do «Avante!». No primeiro dia houve um comício a que assistiram mil pessoas, que escutaram uma intervenção do camarada Domingos Lopes. A situação política e os 10 pontos-programa

apresentados recentemente ao país pelo Comité Central do Partido, constituíram os temas centrais da intervenção. No domingo, realizou-se outro comício em que os oradores sublinharam a grande vitória política que foi a campanha dos 3 mil contos da DORA, além de se terem referido à Festa do «Avante!». Após o comício desfilou pelas ruas da vila um grande cortejo, no decorrer do qual foram recolhidas diversas ofertas para a Festa.

### A «Campanha da garrafa» em Borba...

Em Borba, do distrito de Évora, os camaradas e simpatizantes do Partido avançaram com a iniciativa da «Campanha da garrafa», que está a mobilizar muita gente e, ao mesmo tempo, a divulgar a Festa do «Avante!». O que é a «Campanha da garrafa»? Pois bem: um camarada

oferece uma garrafa com qualquer bebida e recebe um tãlão numerado, ficando assim habilitado a um sorteio a realizar antes da Festa. Quem tiver o tãlão com o número premiado viaja do pouco por toda a região de Estremoz. As garrafas, os chouriços e os queijos serão vendidos no Jamor, nos dias 8, 9 e 10 de Setembro, e os camaradas e amigos que os oferecerem habilitam-se a variados prémios.

### ... e a «Campanha da garrafa, do chouriço e do queijo» em Estremoz

Outra campanha de divulgação da Festa do «Avante!». Outra iniciativa dos militantes e simpatizantes do nosso Partido. É em Estremoz. Trata-se da «Campanha da garrafa, do chouriço e do queijo» e a sua promoção é feita, nomeadamente, através de

500 cartazes afixados um pouco por toda a região de Estremoz. As garrafas, os chouriços e os queijos serão vendidos no Jamor, nos dias 8, 9 e 10 de Setembro, e os camaradas e amigos que os oferecerem habilitam-se a variados prémios.

### Vila Viçosa: o ano passado vieram 7, este ano vêm 350!

Na região da DORA a Festa do «Avante!» é já motivo de grande azáfama e entusiasmo. Até agora

— e ainda estamos a mais de um mês da Festa — já estão confirmadas mais de seis dezenas de excursões!

O entusiasmo que se vive no Alentejo em relação à Festa podia ser dado por numerosos exemplos oriundos de aldeias, vilas, cidades, empresas, Cooperativas e UCP's. Por agora registemos o caso do concelho de Vila Viçosa:

### Convívio em Oliveira do Douro (Gaia)

No âmbito do trabalho de preparação e de mobilização para a Festa, vai realizar-se no próximo domingo uma jornada de convívio na Quinta Félix, em Oliveira do Douro, Vila Nova de Gaia. Além da acção de palhaços e ilusionistas, haverá uma

sessão de Canto Livre em que actuarão grupos da região. À tarde vão todos bater o pé num animado bailarico e à noite será a vez do fado. Quem tenha boa voz, pode começar a preparar-se. Os petiscos também não faltarão.

### Célula da «Fidelidade» vai para o Jamor no domingo

A Célula dos trabalhadores comunistas da empresa de seguros «Fidelidade» vai para o Vale do Jamor, neste próximo domingo. Objectivo: trabalhar no «duro», «atacar» o restolho e o mato, e conviver. O trabalho começa às 9 e 30. O almoço (pic-nic) é às 12 e 30. Por volta das 16 horas, volta-se ao trabalho. Os camaradas

da «Fidelidade» gostariam de contar também com a participação de militantes e amigos do Partido de outras empresas de seguros. A concentração é junto da ponte de acesso ao Jamor às 9 horas. É, pelo «seguro», convém estarem mesmo a essa hora, para não se perderem uns dos outros e para não perderem tempo!

# Discurso do camarada Álvaro Cunhal

### Camaradas:

Hoje, domingo, tem lugar uma reunião da direcção do CDS. Vai examinar a crise do Governo e decidir a atitude a tomar.

Amanhã, segunda-feira, tem lugar uma reunião da direcção do PS. Vai também examinar a crise do Governo, as conclusões da reunião do CDS e decidir também, por seu lado, a atitude a tomar.

Toda a gente pergunta o que irão decidir uns e o que irão decidir outros. Se o PS vai resistir às exigências do CDS ou se recua e capitula novamente ante a pressão reaccionária. Se os ministros CDS ficam ou pedem a demissão. Se continua o Governo ou se o Governo cai.

Tudo se passa como se os destinos do País se decidissem nas conversas dos gabinetes, dos bastidores e dos corredores, nos entendimentos ou desentendimentos dos dirigentes dos dois partidos da coligação governamental. Ora bem, camaradas.

### A crise no Governo PS-CDS

Os dirigentes do PS cometeram um erro histórico ao acreditar que o CDS, partido da extrema-direita legal, partido onde a todos os níveis enxameiam os homens do antigo Estado Novo fascista, partido que votou contra a Constituição, se acomodaria às instituições e à vida democrática e seria um aliado fiel até 1980.

A operação-chantagem do CDS mostra sem sombra de dúvida que, ao entrar na coligação, e ao afirmar-se pronto a respeitar a democracia e a Constituição, o CDS viu sempre na coligação com o PS apenas um primeiro passo para ganhar posições no Governo, no aparelho do Estado, nos meios de comunicação social a fim de adiantar fazer novas exigências e tentar novos avanços.

É um absurdo pensar que um partido que votou contra a Constituição e define como seu objectivo fundamental a destruição do novo regime democrático nela consagrado, pode realizar no Governo uma política de respeito pela Constituição e pela democracia.

Apesar das pequenas diferenças nas perspectivas, o CDS sempre se situou e continua a situar-se no campo da reacção.

Os aliados políticos naturais e efectivos do CDS não são os democratas, não é o PS, mas sim o PPD/Sá Carneiro da «convergência democrática», o MIRN da conspiração interna e internacional, o micro-PPM em vias de fascização e grupos e bandos do terrorismo, do separatismo e da conspiração neofascista.

Os objectivos do CDS a médio e a longo prazo sempre se identificaram com os objectivos dos outros partidos reaccionários: a restauração do poder económico e político dos grupos monopolistas e dos latifundiários, a liquidação do regime democrático, a instauração duma nova ditadura.

Por isso a operação lançada pelo CDS não é apenas uma expressão e uma consequência de desacordos entre os partidos da coligação sobre tal ou tal problema ou sobre tal ou tal Ministério, embora possa assumir essa forma no imediato.

A operação lançada pelo CDS insere-se na estratégia global da reacção e faz parte da ofensiva que esta tenta desencadear para desestabilizar a situação democrática, forçar a uma prática governativa contrária à Constituição, destruir as conquistas da Revolução, «regulamentar» e espartilhar as liberdades e direitos dos cidadãos, criar condições para golpes e pronunciamentos e conseguir uma alteração da situação política e do regime democrático antes das eleições de 1980.

Não é por acaso que o lançamento da operação-chantagem do CDS é acompanhada pela campanha do PPD para entrar no Governo, que passaria a chamar-se de «salvação nacional», pelo renascimento da chamada «convergência democrática» CDS/PPD, pela activação das franjas do PS comprometidas com a extrema-direita e por uma campanha de repente disparada contra o Primeiro-Ministro, simultaneamente pelo PPD/Sá Carneiro, por Barreto nos Estados Unidos e de volta, por Lucas Pires e outros do CDS, pelo MIRN e pelo rebotalho da imprensa fascista e por certos tecnocratas que, apesar de não terem qualquer apoio partidário ou popular, falam como se tivessem o rei na barriga e o País estivesse à espera deles.

Nam é tão pouco por acaso que a operação-chantagem do CDS é acompanhada pelo reacender de campanhas orquestradas de intriga e desestabilização militar por parte da extrema-direita contra o Conselho da Revolução, contra os capitães de Abril, contra oficiais constitucionais, contra o próprio Presidente da República.

Neste complexo e perigoso momento político, o regresso hoje mesmo a Portugal (como acaba de ser noticiado), em plena crise, do último chefe do Estado fascista, Américo Tomás, um dos maiores responsáveis pelos crimes da ditadura, introduz na situação um novo factor de perturbação, de tensão e de desestabilização.

(Gritos: Assassino! Assassino!)  
Pode ser que alguns juristas, deste aparelho judicial que infelizmente ainda temos, considerem excessiva a acusação que acabamos de fazer. Mas é inteiramente justo afirmar que, se há responsabilidade dos autores materiais dos crimes, maior responsabilidade é ainda a daqueles responsáveis da ditadura fascista que ordenaram e protegeram uma política de crimes

Nesta situação é preciso lembrar aos homens do Governo e dos partidos que o constituem, que acerca da solução da crise o Povo português tem também uma palavra a dizer.

Se o PS cedesse às exigências do CDS é absolutamente certo que o Governo reduziria ainda mais a sua base de apoio e encontraria pela frente uma oposição muito mais vigorosa dos trabalhadores, das massas populares, e dos mais diversos sectores, incluindo no próprio PS.

Estamos absolutamente certos de interpretar os sentimentos dos trabalhadores portugueses e da grande maioria da população, ao afirmarmos que a alternativa para o actual Governo de coligação PS-CDS, não é um governo CDS-PS, um governo com a entrada do PPD, como este reclama, mas um governo onde se reforçam as posições de democratas e antifascistas e cuja política deixe de estar voltada para a defesa dos interesses do grande capital e dos grandes agrários e passe a voltar-se para a defesa dos interesses do Povo e dos interesses de Portugal como Nação livre e independente.

e assassinatos de que os autores materiais foram executantes. Fascistas e reaccionários encontrarão sem dúvida nesse facto um novo incitamento às suas actividades subversivas e golpistas.

Julgo, camaradas, traduzir os sentimentos profundos do nosso Povo que sofreu quase meio século a tirania fascista, daqueles milhares e milhares de resistentes que apenas por serem democratas sofreram perseguições, humilhações e vexames, selváticas violências e torturas e anos e anos de prisão, daqueles muitos que foram assassinados, ao expressar aqui a profunda indignação que provoca o regresso a Portugal de um dos maiores responsáveis por esses crimes.

Juntado-se à libertação de pides e bombistas, ao regresso em grande de fascistas a cargos de responsabilidade no aparelho do Estado, em contraste com saneamentos e perseguições a homens do 25 de Abril e a outros democratas, o regresso de Tomás dá-nos uma medida dos perigos que pesam sobre a democracia portuguesa e incita-nos a cerrar fileiras, a procurar tenazmente a unidade, a manter firme a disposição de luta, com a determinação firme e inabalável de defender as liberdades e a democracia e impedir que passe a reacção.

Voltando à crise do Governo, é evidente que a operação-chantagem do CDS é bastante mais ambiciosa do que as exigências que se sabe terem sido feitas.

Tudo indica que o CDS considerava estarem as condições criadas para conseguir um de três resultados: ou novas cedências e posições donde daqui a uns meses partiria para nova operação; ou sair do Governo, provocar a queda deste para dar lugar à formação de um governo abertamente reaccionário; ou mergulhar o País na desestabilização geral e num vazio de poder propício a golpes e a pronunciamentos.

É de sublinhar que esta operação desestabilizadora vem de um partido que, na sua demagogia, não se tem fartado de insistir em que os interesses nacionais devem estar acima dos interesses partidários.

Mas vê-se bem, no caso concreto, que o CDS, ao provocar esta crise, não tem na mínima conta os interesses nacionais e é guiado apenas pelos mais estreitos interesses partidários e pelos mais mesquinhos interesses de personalidades e clientelas.

O CDS lança esta operação de chantagem e desestabilização sabendo perfeitamente que pode mergulhar o País numa nova e profunda crise sem fácil solução, paralisadora das actividades económicas, da acção governativa, do desenvolvimento das relações internacionais diversificadas.

O CDS assume directa e grave responsabilidade pelas consequências da sua iniciativa e da sua chantagem e perde definitivamente a face, que procurou criar através de falas mansas, de um partido com vontade de se integrar no regime e respeitar as suas normas.

A operação-chantagem coloca o CDS a par do PPD/Sá Carneiro e MIRN/Kauliza e das suas manobras e conspirações.

Apesar de certas divergências e rivalidades internas, a reacção mostra ter uma frente contínua e unificada no fundamental pelos objectivos e processos. A frente unificada da reacção é necessário opor uma frente unificada dos democratas e antifascistas.

A cedência às exigências do CDS por parte dos dirigentes do PS cria novos e gravíssimos perigos para a democracia portuguesa. Se os dirigentes do PS souberem responder «não» à chantagem, a operação desestabilizadora do CDS cairá como um castelo de cartas e criam-se condições mais favoráveis para a estabilidade democrática, para a consolidação do regime, e para uma alternativa que dê solução aos problemas nacionais.

Por tudo quanto conhecemos, estamos perfeitamente convencidos de que a grande massa dos membros e dos eleitores do PS esperam da direcção do PS que saiba dizer «não» à chantagem do seu parceiro no Governo; que compreendam hoje melhor do que nunca que uma política nacional e democrática deve ser definida e realizada com os trabalhadores e não contra eles; que compreendam que os socialistas devem procurar alianças, acordos e entendimentos, não com a reacção e os reaccionários, mas com os demais democratas e, em particular, com os comunistas.

### Mais à direita seria o desastre

Encarando-se a hipótese de que o PS possa ceder às exigências do CDS, é necessário ter uma ideia clara de quais seriam as consequências, tanto a longo e médio prazo, como no imediato.

O que aconteceria pois se o PS cedesse às exigências do CDS?

Aconteceria, em 1.º lugar, que a reacção conseguiria dar um passo mais no seu plano de reconquista do Poder e da liquidação do regime democrático.

Não tardaria muito tempo que o CDS, com um pretexto ou outro, não voltasse à carga, com novas exigências, com novas chantagens, até encostar o PS completamente à parede, ultrapassá-lo e substituí-lo, aliando-se para tal com outros partidos e forças reaccionárias.

Aconteceria, em 2.º lugar, que em vez de se introduzirem as correcções necessárias e urgentes à política errada e nociva que tem seguido o Governo PS-CDS, se acentuariam os seus traços negativos.

O que o CDS pretende não é a correcção da recuperação capitalista, latifundista e imperialista, a fim de evitar os seus desastrosos efeitos para o Povo português e para Portugal.

O que o CDS pretende é precisamente apressar e precipitar tal recuperação, acentuar o que há de errado e nocivo na política actual, do que resultaria um agravamento ainda mais intolerável das condições de vida do Povo e uma ainda mais rápida derrocada da economia portuguesa.

Se o PS cedesse à chantagem do CDS, teríamos a curto prazo novos e pesados pacotes contra o Povo, um congelamento ainda mais rígido dos salários e vencimentos, o aumento ainda mais vertiginoso dos preços, novos agravamentos do custo de vida e isto acompanhado da atribuição mais rápida e vultosa aos grandes capitalistas, de indemnizações que o presidente do CDS, como bom defensor do grande capital, consideraria como o motor de arranque da economia, mas que o povo trabalhador considera como um escândalo e como um insulto às dificuldades e à miséria.

### Política alternativa existe

Uma política defende-se legitimamente de duas formas: com argumentos e com a confirmação na prática dos resultados que ela declara pretender alcançar.

A política do Governo actual é porém tão evidentemente incapaz de resolver os problemas nacionais, os seus resultados negativos estão tão à vista de todos que o Governo e os seus defensores já não têm argumentos para defendê-la e a única coisa que ultimamente sabem dizer é que esta política é a política que é, porque não é possível qualquer outra.

Homens do Governo e dos partidos do Governo não sabem dizer outra coisa que não seja «não há alternativa».

O ministro do Comércio diz que não há alternativa para a política dos preços e dos pacotes. O ministro das Finanças diz que não há alternativa para a política dos empréstimos. E o presidente do CDS (que não é Primeiro-Ministro, mas às vezes quer parecer sê-lo) diz que não há alternativa para o FMI.

A estas justificações da política ruinosa há que responder com duas afirmações fundamentais.

A primeira é que nada pode condenar mais severamente uma política do que não encontrar qualquer justificação que não seja dizer que não há outra que a possa substituir.

Chega-se à conclusão de que o doente não morrerá de doença mas morrerá do remédio. E o médico continua a administrar o remédio afirmando não haver qualquer outro disponível. A tanto chega a ciência dos actuais governantes.

A segunda afirmação a fazer é que, ao contrário do que diz o Governo, existe uma alternativa para a actual política.

A crise do Governo PS-CDS, (tal como a crise que no Outono de 1977 acabou por pôr fim ao Governo PS Sozinho aliado de facto à direita) tem como origem fundamental o facto de que a política de recuperação capitalista, latifundista e imperialista, longe de ter conduzido à saída da crise, à recuperação económica do País, à diminuição dos défices das balanças comercial e de pagamentos, tem conduzido ao agravamento progressivo da situação económica e financeira, cada vez mais altíssima, desastrosa e alarmante.

Redução de cerca de um terço nos salários reais. Aumento de preços de 30% em 1977. Aumento de 100 mil desempregados. Estagnação das actividades produtivas. Taxas de juro incompatíveis para quem recorre ao crédito. Déficit da balança comercial saltando de 50 milhões de contos em 1975 para 120 milhões em 1977. Déficit da balança de pagamentos saltando respectivamente de 25 para mais de 50 milhões. Venda de mais de 100 toneladas das reservas de ouro em 1977 e 50% das restantes hipotecadas. Dívida externa ultrapassando 200 milhões de contos, com encargos, só em juros, que no ano corrente subirão a mais de 20 milhões de contos - o que daria para cobrir dois quintos do déficit da nossa balança de pagamentos. Este é o balanço ruinoso da política de recuperação capitalista, agrária e imperialista. Este é o balanço ruinoso da gestão do PS sozinho aliado de facto à direita, que tem continuado com a gestão do Governo de coligação PS-CDS.

É possível uma política que ataque com êxito os problemas nacionais e os resolva, mas para isso é indispensável que

Se o PS cedesse à chantagem do CDS, teríamos a curto prazo a rediscussão dos limites do sector público e do sector capitalista com a reconquista por este último de empresas nacionalizadas.

Se o PS cedesse à chantagem do CDS, teríamos o apressamento do processo de ruína e de falência de milhares de pequenas e médias empresas industriais e comerciais, e teríamos mais algumas dezenas de milhares de desempregados, uma vez que o presidente do CDS considerava a falência «um processo sadio» de recuperação económica quando na verdade são apenas um caminho violento e brutal para o grande capital e os grupos monopolistas ressuscitados poderem tomar de novo conta de toda a economia portuguesa, à custa dos pequenos e médios comerciantes e industriais.

Se o PS cedesse à chantagem do CDS, teríamos de novo a política de guerra civil contra a Reforma Agrária, provocando graves conflitos e confrontos, lançando a instabilidade e a insegurança, prejudicando directamente as actividades agrícolas e a produção agrícola numa parte considerável do País.

Se o PS cedesse à chantagem do CDS, teríamos a intensificação das violências, arbitrários, esbarrões e despejos de senhorios ricos contra os rendeiros, e tentativas dos caciques reaccionários roubarem os baldios aos povos.

Se o PS cedesse às exigências do CDS, teríamos um aprofundamento cada vez maior da economia portuguesa em crise, na recessão, nos défices, no poço sem fundo do endividamento externo.

Se o PS cedesse à chantagem do CDS, teríamos uma maior subordinação aos interesses do imperialismo estrangeiro e a acentuação duma política externa enquistada na política mais agressiva do imperialismo, submissa aos interesses dos monopólios internacionais, sem campo nem capacidade de manobra, fechando as portas à diversificação das relações externas.

E, no que respeita à composição do Governo, se o PS cedesse

a política do Governo deixe de ser dominada pelas finalidades da liquidação das transformações democráticas da Revolução Portuguesa, de fazer pagar ao Povo o preço da crise, de restituir empresas e entregar milhões aos grandes capitalistas, de restituir terras aos latifundiários, de restaurar o poder económico e político do capital financeiro; e passe a ser dominada pela preocupação fundamental de assegurar a saída da crise, o progresso e desenvolvimento económico, o bem-estar do Povo, a defesa da democracia e a independência nacional.

Existe alternativa para a política de austeridade com a boca de funil, que significa por um lado, congelamento de salários, desemprego, aumento vertiginoso dos preços, atingindo gravemente o nível de vida dos trabalhadores, dos reformados, dos deficientes, das classes médias, e por outro lado, aumentados lucros dos capitalistas, milhões de contos de indemnizações e o mau exemplo de aumentar de 27 para 40 contos os vencimentos dos ministros, ao mesmo tempo que os trabalhadores são obrigados a tirar à boca e a apertar o cinto.

Essa alternativa é uma política de austeridade que começa por cortar nos altos rendimentos, que diminua radicalmente as despesas sumptuárias e dispensáveis, que defina uma política de poupança nacional de recursos e que não exclua o melhoramento das condições de vida dos trabalhadores, que além de ser necessário e urgente por motivo do bem-estar do Povo, constitui um incentivo para a indústria e o comércio nacionais, já hoje sentido os efeitos da diminuição do poder de compra das massas trabalhadoras. Nisto estarão de acordo comigo os pequenos e médios comerciantes.

Existe alternativa para a recessão económica, as elevadas taxas de juro, a ruína e falência de milhares de pequenas e médias empresas.

Essa alternativa é o apoio efectivo às actividades produtivas, a baixa da taxa de juro, as facilidades de crédito para fins de investimento, a prioridade à produção de bens intervenha elevada percentagem de componentes internos, a maior utilização da capacidade nacional não utilizada, a mobilização da mão-de-obra disponível de centenas de milhares de desempregados, em resumo, um grande esforço nacional e patriótico, baseado fundamentalmente nas energias e recursos internos, porque é certo e cada vez mais certo que se quisermos sair das dificuldades é fundamentalmente com os nossos braços, com a nossa capacidade criadora e com a energia patriótica que poderemos conseguir.

Existe uma alternativa para uma política que põe constantemente em causa as nacionalizações e a Reforma Agrária, que conduz à reconquista do sector não capitalista pelo capital e que assim cria constantes factores de instabilidade, de insegurança, de desestabilização, de tensões sociais, de conflitos agudos, de perturbação do processo produtivo.

Essa alternativa é o respeito pelos limites entre as várias formações económicas, o respeito pelo status quo dessas formações, não tentando mudar a propriedade e a posse do



# o comício da Festa da Liberdade

## Por uma solução constitucional

Nem a política de coligação PS-CDS resolve os problemas nacionais, nem a coligação política de um governo PS-CDS corresponde ao actual panorama, arumação e correlação das forças políticas e sociais.

Não está naturalmente ainda excluído que o Governo actual continue em funções seja porque o PS, num acto suicida, cede às pressões do CDS, seja porque, resistindo o PS ao ultimato e falhando assim a operação de chantagem, o CDS recua e aceita ficar no quadro da composição política existente na Assembleia da República.

De qualquer forma, que não restem dúvidas. Se o Governo PS-CDS sobreviver à crise não tardará que não venham a verificar-se novos desaguisados e novos conflitos internos.

Há apenas quatro meses, em 18 de Março, em plena lua-de-mel da coligação governamental, nós previmos que «muito mais cedo do que alguns pensam, estourará nova crise política e será de novo posta na ordem do dia a necessidade de uma política e de um novo governo».

A coligação ironizou da previsão. Os factos aí estão a comprovar que uma vez mais o PCP falou verdade e previu os acontecimentos.

Tanto os resultados desastrosos da política do Governo PS-CDS, como a operação do CDS, comprovam que, nem a política actual nem o Governo actual estão em condições de resolver os problemas nacionais.

Qual pode ser pois a solução para a crise de governo?

Queremos, antes de mais, confirmar que o PCP defende que qualquer solução dos problemas políticos nacionais deve ser encontrada rigorosamente no quadro das instituições, no quadro do regime democrático consagrado na Constituição.

E a reacção (e não as forças democráticas) que está interessada em soluções anticonstitucionais.

E a reacção (e não as forças democráticas) que pretende que os governos, mesmo antes de ser possível a revisão constitucional, comecem a violar a Constituição na prática governativa.

E a reacção (e não as forças democráticas) que, por todas as formas e meios, procura desestabilizar a situação política, social, económica e militar.

As classes trabalhadoras, as forças democráticas, estão vitalmente interessadas na estabilidade democrática e na solução de todos os problemas nacionais no quadro da Constituição.

Enão no quadro da Constituição, quais são as soluções possíveis que conduzam a uma alternativa democrática à política actual e ao Governo actual? Na situação criada pela chantagem do CDS, qual a solução para a crise no caso de ruptura da coligação?

As soluções possíveis são fundamentalmente duas. Uma, eleições gerais antecipadas. Outra, um novo governo apoiado numa maioria constituída na actual Assembleia da República.

E oportuno dizer algumas palavras acerca destas duas possibilidades.

## Eleições gerais antecipadas?

A primeira possibilidade constitucional para a solução da crise seria a realização de eleições gerais antecipadas.

A cerca desta questão é necessário fazer algumas observações, tanto respeitantes ao passado, como respeitantes ao presente.

Quando em 31.7.77 o CC do nosso Partido propôs ao Povo português, como caminhos para sair da crise política, ou um governo de plataforma ou eleições gerais antecipadas, logo se ergueu um coro de protestos e insultos contra a proposta do PCP.

Não houve acusações que o partido do Governo (então o PS sozinho) e os partidos reaccionários não tivessem feito ao PCP por ter proposto, como saída constitucional, legal e democrática, a realização de eleições, no caso de não ser possível a solução da crise no quadro da composição política existente na Assembleia da República.

A realização de eleições antecipadas seria «golpismo constitucional» segundo uns, tentativa de «reacquirir a capacidade golpista» segundo outros, e assim por diante.

E eis que agora, um ano depois, são esses mesmos partidos e essas mesmas pessoas que avançam ou aceitam a ideia de eleições antecipadas.

Pergunta-se, camaradas: Serão, na situação política actual, eleições antecipadas a saída para a crise? Qual a posição que a esse respeito toma o PCP?

A questão exige um exame atento e aprofundado. Para se tomar posição definitiva, será necessário ver como se vai desenvolver a crise nos próximos dias.

Se a questão se colocar, o Comité Central definirá na altura própria a posição do nosso Partido.

Entretanto desde já se podem adiantar algumas considerações.

Em primeiro lugar, é necessário nunca perder de vista que, quando a reacção reclama eleições gerais antecipadas, não é com a intenção de consolidar, mas de liquidar as realizações e conquistas da Revolução Portuguesa e o próprio regime democrático.

Ao reclamar eleições gerais antecipadas a reacção tem em vista dois objectivos. Um é a obtenção, através de eleições realizadas em condições antidemocráticas, duma maioria na Assembleia da República que lhe permita a conquista pacífica do Poder, apesar de que uma Assembleia da República resultante de eleições antecipadas não pode proceder à revisão da Constituição.

E por isso é necessária extrema atenção para com as manobras e projectos de leis eleitorais, de recenseamentos, de sobreposições e junções de eleições diversas, de antecipação de umas e adiamento de outras, que podem comprometer o carácter democrático do sufrágio e o princípio da proporcionalidade de representação parlamentar expressamente consagrado na Constituição.

Outro objectivo da reacção é desestabilizar a situação através de campanhas eleitorais sucessivas (duas para a Assembleia da República, uma para as autarquias, uma para a Presidência da República) que absorvam energias, paralise a acção governativa e criem condições para pronunciamentos e golpes.

Se outras razões não houvesse, estes planos da reacção obrigam a examinar com toda a atenção e vigilância a possibilidade de eleições gerais antecipadas.

Em segundo lugar, interessa esclarecer que eleições gerais antecipadas têm agora inconvenientes que não tinham quando o PCP fez a sua proposta uma ano atrás.

E de lembrar que a proposta do PCP incluía a ideia da realização de eleições no prazo constitucional máximo de 90 dias, com a mesma lei eleitoral e o mesmo recenseamento e agora, na situação que se apresenta, a realização de eleições antecipadas dificilmente se poderá realizar antes de um prazo consideravelmente mais longo, que alguns já estimam em 6 ou 8 meses.

Além disso, nos termos dos artigos 174.º, n.º 2 e 229.º, n.º 2 da Constituição, a nova Assembleia da República eleita não o seria para um período de 4 anos, mas apenas para terminar a legislatura da actual Assembleia. Isto é: haveria eleições antecipadas, mas a nova Assembleia duraria cerca de um ano e meio e teria depois de realizar-se novas eleições.

Nestas condições, a nova Assembleia da República não abriria a possibilidade, em conformidade com os votos dos eleitores, duma nova maioria para apoiar no plano legislativo por um período previsível de quatro anos um novo governo e uma nova política. A nova Assembleia eleita em eleições gerais antecipadas serviria apenas para suporte de um governo de gestão, de carácter provisório, até à realização de novas eleições gerais para a Assembleia da República que, em qualquer caso, se devem realizar em 1980.

Um ano atrás, quando o PCP propôs a realização de eleições gerais estas poderiam ter como resultado a criação de uma nova maioria, uma maioria democrática, que permitira uma acção legislativa e governativa estável pelo espaço de quase três anos. Agora, da realização de eleições gerais antecipadas poderá apenas resultar a definição provisória da política dum governo de gestão, por um curto período de tempo de cerca de 1 ano e meio.

Estas circunstâncias obrigam a um exame atento duma tal possibilidade, atendendo a todos os complexos aspectos da situação nacional.

Em terceiro lugar, apesar dos inconvenientes apontados, é necessário encarar a sério as eleições antecipadas como uma saída constitucional no caso de não se tornar possível a formação de um governo democrático na base da actual Assembleia da República.

Desmentindo a farranca dos partidos reaccionários, devemos confiar em que, se se realizarem eleições antecipadas, com respeito efectivo das liberdades, com garantia da ordem democrática, e sem alterações antidemocráticas às regras e ao processo eleitoral, a reacção será novamente derrotada, o povo votará novamente na liberdade e no regime democrático, consagrado na Constituição.

Todos os outros partidos têm motivos para recuar as eleições. O nosso Partido não tem. Quanto ao nosso Partido, ao PCP, não nos damos dúvida em que, se agora se realizassem eleições, aumentaríamos consideravelmente o número daqueles que dariam os seus votos aos candidatos comunistas, por serem votos seguros e certos em deputados dos quais se pode ter absoluta certeza de que não faltarão aos seus compromissos perante os eleitores, de que, sejam maioria ou minoria, defenderão sempre em todas as circunstâncias os interesses dos trabalhadores e das massas populares, as liberdades e a democracia, as conquistas da Revolução, a integridade do território português e a independência nacional.

## Possibilidades de um governo democrático

A segunda possibilidade constitucional para a solução da crise criada pela operação-chantagem do CDS seria a constituição de um novo governo, um governo democrático continuando a actual Assembleia da República até ao fim da legislatura.

Pergunta-se: É possível a constituição de um tal governo? Em princípio é.

Todos se recordam de que o PCP conduziu à campanha eleitoral de 1976 para a Assembleia da República apontando como objectivos a derrota dos partidos reaccionários e a constituição duma maioria de esquerda, ou seja, de uma maioria de comunistas e socialistas.

O resultado das eleições correspondeu a estes objectivos fundamentais. Os partidos reaccionários não conseguiram a maioria com que contavam e que já anunciavam. Apesar da existência duma situação antidemocrática em grande parte do território nacional, o povo português votou na democracia, votou no regime democrático, votou na Constituição e, elegendo folgada maioria de deputados socialistas e comunistas para a Assembleia, criou uma condição básica para a formação de um governo democrático com sólido apoio na Assembleia por um período de 4 anos.

Se o voto do Povo português se não traduziu na formação duma maioria de esquerda, isso deve-se apenas ao facto de que os dirigentes do PS preferiram, a uma política ao serviço do povo trabalhador, uma política ao serviço dos capitalistas e agrários, preferiram a aliança com a esquerda, a aliança com a direita. Preferiram os compromissos assumidos perante o eleitorado, ao programa do seu próprio partido, ao seu próprio programa eleitoral e ao próprio programa do Governo PS sozinho, concessões e recuos ante as exigências dos grandes capitalistas e latifun-

diários e dos partidos que os representam e uma política escorregando cada vez mais para a direita até acabar por fundir-se numa plataforma comum com o partido da extrema-direita legal, o CDS.

Entretanto, a maioria numérica do PS-PCP na Assembleia da República continua a existir, apesar de terem saído do PS alguns deputados e de se sentarem ainda não bancados do PS alguns senhores que melhor estariam noutras mais à direita.

Mas, se há alguns poucos deputados do PS que já hoje estão aliados a manobras e operações da reacção contra o seu próprio partido, esse número é compensado pela existência de homens noutros partidos, designadamente no PPD, que se pronunciam contra a política desestabilizadora, golpista e aventureirista de Sá Carneiro e se aproximam de posições antifascistas e constitucionais.

E, por muito que possa surpreender, ainda se pode acrescentar alguma coisa mais: até ao CDS há quem esteja contra a operação-chantagem agora lançada e contra a conspiração e o golpismo.

De qualquer forma, socialistas e comunistas têm a maioria na Assembleia da República.

Existe por isso uma condição básica, numérica, para uma maioria na Assembleia que apoie um governo democrático.

Existe a possibilidade constitucional legal, institucional, de uma alternativa democrática para o Governo actual e para a política actual.

É certo que nem tudo depende dos partidos políticos. Mas em grande parte depende deles, designadamente do PS.

O que se pergunta é se, depois da operação-chantagem do CDS, vão os dirigentes do PS continuar as suas alianças à direita, ou compreendem finalmente onde devem procurar os seus aliados.

Vão os dirigentes do PS continuar a ceder perante as pressões e ameaças da reacção, ou voltar-se finalmente para os trabalhadores, para o Povo, para os membros e eleitores do seu próprio partido, que dia a dia se manifestam pela aproximação e entendimento com os comunistas?

Estamos certos de que a compreensão da necessidade de aproximação e entendimento entre socialistas e comunistas não é apenas nossa, a compreensão dos comunistas, mas a compreensão de muitos milhares de socialistas, que pensam, e pensam bem, que a aliança necessária é natural do seu partido não é com a direita mas com a esquerda, não é com o capital, mas com os trabalhadores.

Qual será a atitude dos dirigentes do PS não se sabe ainda. É porém um facto indesmentível que nos mais diversos sectores da vida nacional se verifica a progressiva quebra de barreiras, preconceitos e sectarismos, que renascem os sentimentos unitários antifascistas, que se desenvolve o diálogo entre comunistas e socialistas, e em muitos casos (que saudamos) se torna possível a aproximação, o entendimento e a acção comum.

Nesse caminho é possível impedir que passe o fascismo e a reacção e seria possível encontrar, mesmo na base da Assembleia da República com a composição actual, uma solução para a crise actual com a formação de um governo democrático.

Qualquer que seja o desfecho imediato da crise governamental, o PCP está pronto a examinar em qualquer altura com os órgãos de soberania e com outros democratas, designadamente com o PS, uma tal possibilidade com vistas a um grande esforço nacional e patriótico para superar as dificuldades e problemas que Portugal defronta.

## O povo defenderá Portugal de Abril

Desde o 25 de Abril até hoje, a reacção não tem deixado nem um momento em paz o nosso Povo e o novo Portugal democrático. De dentro e de fora dos órgãos de soberania, usando todas as armas e processos, tentando golpes de força e pronunciamentos, executando grandes manobras envolventes e desestabilizadoras, sabotando a economia, orquestrando as mais infames campanhas de desinformação, de mentira, de calúnias e de injúrias, usando o terrorismo e o bombardeo, organizando movimentos separatistas contra a integridade da Pátria portuguesa, a reacção tem tentado constantemente e insistentemente liquidar o 25 de Abril e as suas conquistas.

Conseguiram avançar? Sim, conseguiram. Conseguiram impor ao nosso Povo o agravamento das condições de vida? Sim, conseguiram. Conseguiram recuperar empresas, terras, posições? Sim, também o conseguiram.

Mas, na luta travada, os trabalhadores, o Povo, os democratas portugueses, contra a vontade, os planos e os objectivos da reacção, apoiada pelas poderosas forças do imperialismo, conseguiram alguma coisa de verdadeiramente importante e de significado e alcance históricos.

Os trabalhadores, o Povo, os democratas portugueses, conseguiram até hoje com sucesso defender as liberdades democráticas e por isso hoje aqui estamos.

Conseguiram até hoje com sucesso defender as nacionalizações e a Reforma Agrária que a reacção há muito desejava ter liquidado.

Conseguiram até hoje defender o regime consagrado na Constituição que é o mais progressista na Europa Ocidental.

Por tudo isso, há razões para ter confiança em que, tal como das outras vezes não passou, também desta vez a reacção não passará!

E porém necessário ver como conseguiram os trabalhadores, o Povo, os democratas, fazer frente aos agrários e aos planos da reacção, para melhor se compreenderem quais são hoje as nossas tarefas.

Conseguiram-no porque a classe operária tem sabido com êxito manter-se fortemente organizada e defender a sua unidade contra todas as manobras divisionistas, assegurando nas empresas a actividade desses provados e democráticos organismos que são as Comissões de Trabalhadores e mantendo no quadro social e político português, essa extraordinária e magnífica realidade reveladora da elevada consciência de classe e combatividade dos trabalhadores portugueses que é o Movimento Sindical Unitário em torno da gloriosa e poderosa CGTP-Intersindical Nacional.

Conseguiram-no porque a população trabalhadora soube criar e manter em actividade formas tão ricas de intervenção como são as Comissões de Moradores e outras organizações unitárias de base.

Conseguiram-no porque os trabalhadores da Reforma Agrária souberam organizar e defender as suas UCs e Cooperativas, com os seus organismos de coordenação, impondo-se no plano social e no plano económico como realidades vivas e insubstituíveis do novo Portugal democrático.

Conseguiram-no porque os pequenos e médios agricultores e rendeiros, dando mostras de magnífica combatividade, se opuseram à reacção, às ALAs e às CAPs, e souberam organizar as suas Ligas e os seus movimentos que são já hoje uma grande força para a defesa dos interesses do camponês e da economia nacional e para a democratização da vida social mesmo em áreas

onde a reacção pretende não deixar chegar o 25 de Abril, mas onde afinal o povo se liberta do domínio e coacção dos caciques e abraça as ideias democráticas, como recentemente bem provou o extraordinário êxito da Festa da Alegria em Braga.

Conseguiram-no porque os intelectuais, na linha das magníficas tradições vindas do tempo do fascismo, continuam a erguer a sua voz e o seu talento em defesa da cultura inseparável da democracia e em defesa da democracia inseparável da cultura.

Conseguiram-no porque técnicos, profissões liberais, classes médias, se não deixam arrastar pela demagogia fascista e reaccionária e pelas operações golpistas e mostram estar com Portugal democrático contra o regresso ao passado fascista.

Conseguiram-no, porque fazendo frente à intoxicação da acção ideológica e corruptora das forças reaccionárias internas e externas, a juventude trabalhadora e estudantil soube organizar e desenvolver movimentos progressistas à frente dos quais se encontram as valentes juventudes comunistas da UJC e UEC.

Conseguiram-no porque as mulheres portuguesas não aceitaram ser relegadas para um papel passivo e submisso, entraram em massa na luta social e política, souberam organizar-se, ocuparam honrosamente destacados lugares de combate nas primeiras filas da grande frente social da luta contra a reacção e pelo prosseguimento do processo democrático.

Conseguiram-no porque em numerosas câmaras municipais e freguesias os democratas eleitos pelo povo defendem os interesses do Povo e em colectividões, associações e outras organizações de massas é conduzida uma actividade ligada aos interesses populares.

Conseguiram-no porque, na sua esmagadora maioria, o Povo português está com as conquistas da Revolução, está com o regime democrático, e os democratas das mais variadas tendências acabam por encontrar-se ou conseguir na sua acção que o tenebroso passado fascista não volte e que seja assegurado o futuro do Portugal de Abril.

Conseguiram-no finalmente porque no quadro das forças políticas portuguesas, existe um Partido, experimentado e caldeado numa longa história de luta e de dedicação, um partido coerente e consequente, fiel ao seu programa e aos seus compromissos assumidos perante o Povo, um partido que luta e lutará sem qualquer hesitação, nem dúvidas, nem vacilações, pelos interesses do Povo e da Pátria, pela defesa e continuidade do regime democrático consagrado na Constituição e pela independência nacional - o Partido da Classe Operária e dos trabalhadores portugueses, o nosso glorioso Partido Comunista Português.

Reforcemos a organização e a unidade da classe operária e de todo o povo trabalhador, reforcemos a nossa unidade, mantenhamos sempre a nossa determinação e combatividade, e a reacção não passará!

Portugal prosseguirá no caminho de Abril, no caminho da liberdade, da democracia, da independência nacional tendo no horizonte o socialismo.

Abaixo a reacção!  
Viva a unidade dos trabalhadores e de todos os democratas!  
Viva o Partido Comunista Português!





# Dezenas de milhares de pessoas na Festa da Liberdade nos Olivais

A Festa da Liberdade que o Comité Local de Lisboa do PCP organizou no passado domingo nos Olivais, transformou o «Vale do Silêncio» em que foi efectuada numa imensa planície de vozes que afirmaram a confiança no seu partido e no futuro da democracia portuguesa. Dezenas de milhares de pessoas ali se deslocaram durante o dia, apesar do calor abrasador que se fez sentir e, principalmente, durante o início em que interveio o camarada Álvaro Cunhal, que publicamos noutra local.

A Festa da Liberdade nos Olivais iniciou-se logo de manhã com actividades dedicadas às crianças: provas desportivas que decorreram de forma animada e espectáculos próprios para os

nossos amigos mais pequenos, que ali acorreram em grande número, sendo numerosas as delegações de Pioneiros.

Também logo de manhã e funcionando durante todo o dia abriram bancas de diversas organizações do CLL do PCP, nas quais foi grande a procura de livros e de EPs para a Festa do «Avante!», que se aproxima a passos largos. Da parte da tarde realizou-se um espectáculo de canto livre em que participaram nomeadamente José Jorge Letria, Fernando Tordo, Armando Caldas e o Grupo Unidade.

# Aos camaradas de Viseu e da Guarda

Para tratar de alguns problemas de interesse para o nosso Partido, solicitamos aos camaradas que residam na zona de Lisboa, e que sejam naturais dos distritos de Viseu ou da Guarda, que estejam presentes numa reunião a realizar no próximo sábado, dia 29 de Julho, às 15 horas no Centro de Trabalho na Rua Soeiro Pereira Gomes, (à Rua da Beneficência).

# CAMARADAS FALECIDOS

**JOAQUIM DE SOUSA VIEIRA MONTEIRO** - No início do presente mês de Julho, faleceu no Porto o camarada Joaquim de Sousa Monteiro, que era membro da célula do Partido do complexo agro-industrial do Cachão.

**JOSÉ PARREIRA DE MATOS e LUCIANO FERREIRA DE SOUSA** - No dia 18 de Julho, quando seguiam num tractor da UCP «2 de Janeiro», de Chanças, sofreram um

grave acidente que lhes veio a causar a morte os camaradas José João Parreira de Matos, de 19 anos de idade, e Luciano Casimiro Ferreira de Sousa, de 22 anos. O primeiro era mecânico e o segundo tractorista e ambos trabalhavam naquela Unidade Colectiva. O trágico acontecimento causou profunda emoção e pesar entre a população de Chança, onde aqueles dois desditosos camaradas eram muito estimados.

# Agenda

**DIA 28, Sexta-feira**  
Queluz, às 21 e 30, comício no jardim com a presença do camarada Dias Lourenço, membro da Comissão Política do Comité Central e director do «Avante!». ● **Figueira da Foz**, inicia-se hoje, prolongando-se pelo fim-de-semana, uma grande festa: «Férias 78». No domingo o camarada Dias Lourenço, membro da Comissão Política do Comité Central, fará, uma intervenção política. ● **Silves**, no largo da Sociedade, Festa Popular que se prolonga até amanhã. ● **Pinhal Novo**, às 21 horas, na SFUA, festa-convívio com Júlia Babo, José Jorge Letria, Samuel, Conjunto «Terço de Oros». ● **Barreiro**, às 21 horas, no Fartovário, projecção do filme «Um homem de verdade», numa iniciativa do organismo das pequenas e médias empresas.

**Dia 29, Sábado**  
Setúbal, hoje e amanhã, reunião de quadros do Distrito de Setúbal sobre Reforma Agrária. ● **S. João da Talha**, Festa da Amizade. Amanhã, comício às 21 horas com a camarada Alda Nogueira, do Comité Central. ● **Camarate**, no Bairro Santiago, Festa-convívio. Haverá sessão de esclarecimento com a camarada Maria Rosa, do Comité Central. ● **Sesimbra**, às 21 e 30, no Externato Santa Joana, sessão de esclarecimento com Severiano Falção, deputado do PCP à Assembleia da República.

**Dia 30, Domingo**  
Olhão, às 21 e 30, sessão de esclarecimento no Cine-Teatro, com a participação do camarada Álvaro Cunhal, secretário-geral do nosso Partido. ● **Aviz**, 1ª Assembleia da Organização Concelhia, na Casa do Povo. A 17 e 30, intervenção política pelo camarada António Gervásio, membro da Comissão Política do Comité Central. ● **Samora Correia**, Festa dos Searieiros. Às 18 horas, comício com o camarada Dinis Miranda membro suplente da Comissão Política do Comité Central. ● **Espinho**, às 14 e 30, convívio popular para a entrega de prémios do 1º torneio de futebol da Festa do «Avante!», com intervenção do camarada Fernando Correia subchefe da Redacção do «Avante!».

# Actividades do Partido

● **Convívio em Vouzela** - Um animado convívio reuniu várias dezenas de militantes e simpatizantes do PCP e outros democratas da região de Vouzela, organizado pela Comissão Concelhia local do Partido na serra da Penóia. Este convívio, para além de ter constituído uma jornada de confraternização e de franca e sã camaradagem, serviu igualmente para uma análise da situação política, bem como para debate de aspectos organizativos e de propaganda com vistas à Festa do «Avante!».

● **Piquenique na Serra da Lousã** - Com a presença de inúmeras pessoas, realizou-se no passado domingo, na (Serra da Lousã (Senhora da Piedade), uma jornada de convívio de democratas e antifascistas organizada pela Comissão Concelhia da Lousã do PCP.

● **400 pessoas no Buçaco** - Organizado pelas Comissões Concelhias do PCP de Mortágua, Águeda, Mealhada e Anadia, realizou-se recentemente no Buçaco um convívio, que contou com a presença de cerca de 400 pessoas. Durante todo o dia realizaram-se provas desportivas, ouviram-se fados de Coimbra, viu-se teatro de fantoches e cantaram-se canções com o Conjunto Unidade.

Ainda há dinheiro a chegar, porém o balanço final não pode ser mais decorado. Nesse sentido, a DORA decidiu fechar a campanha a 23 de Julho. Todo o dinheiro que ainda vier a entrar, depois deste balanço final, entra na caixa da DORA como oferta.

### EM DEFESA DA REFORMA AGRÁRIA

Entre 18 e 22 Julho de 1977 travou-se na Assembleia da República o debate talvez mais importante de quantos nela tiveram lugar desde a sua constituição. O debate sobre a proposta de lei do Governo contra a Reforma Agrária.

As intervenções agora publicadas reproduzem os momentos mais importantes da participação dos deputados do Partido Comunista Português no debate.

Código n.º 99.15 • Preço 40\$500

**200 iniciativas, 90 000 participantes: uma campanha de massas!**

Qual o significado político desta Campanha dos três mil contos e quais as suas realizações mais exemplares?

O facto de se ter conseguido em seis meses obter 3162 contos, numa zona do País onde os salários e o nível de vida são baixos, constitui uma importante vitória da organização do nosso Partido.

Mas os resultados desta Campanha não se podem avaliar apenas na base dos resultados

# «Férias 78» sexta, sábado e domingo na Figueira da Foz

Um grande acontecimento de índole política, cultural, artística e recreativa terá lugar amanhã, sábado e domingo na Figueira da Foz, organizado pela Comissão Concelhia local do PCP. Trata-se da grande festa denominada «Férias 78», que está a atrair o interesse da população da região e dos milhares de veraneantes que escolhem a região da Figueira da Foz para passarem as suas férias de verão.

O início de «Férias 78» terá lugar amanhã às 21 horas, nas instalações da FIMAR, com a realização de um grande espectáculo no qual participarão a Brigada Vítor Jara, Carlos

Paredes, Fernando Farinha, Iolanda e Teresa Cruz. Depois do espectáculo iniciar-se-á um animado baile, até às 2 horas da manhã, durante o qual actuará o conjunto «Consciência».

Sábado de manhã, o recinto da festa abre às 9 horas, para a realização de um grande Mercado da Reforma Agrária, uma vez que mesmo em tempo de férias, a austeridade também se faz sentir... Sábado à tarde, «Férias 78» reabre às 16 horas, com a realização de um novo espectáculo, em que participam Júlia Babo, Manuel Freire, o conjunto «Resistência» e Samuel. Antes, porém, realizar-se-á um Festival de Folclore que contará com a presença de inúmeros ranchos folclóricos, nomeadamente das regiões beirãs. Sábado à noite, o recinto da festa voltará novamente a ser animado com um baile, ao som da música do conjunto «Consciência».

A manhã de domingo será dedicada às crianças, que terão entrada livre no recinto onde lhes estão preparadas um sem-número de actividades aliciantes. Domingo às 16 horas realiza-se o último espectáculo de «Férias 78», com a participação de Adriano Correia de Oliveira, grupo Intervenção,

José Manuel Osório e Sérgio Godinho. Logo após o espectáculo, realizar-se-á o comício de encerramento, que contará com a presença do camarada Dias Lourenço, membro da Comissão Política do CC do PCP.

Entretanto, durante os três dias de autêntica festa popular que a Figueira da Foz vai viver, os que se deslocarem às instalações da FIMAR poderão ainda apreciar exposições de diverso tipo, percorrer um mercado do livro e do disco que ali funcionarão e visitar diversos «stands» de organizações do Partido.

# Octávio Pato em Alcântara: «Procurar entendimentos orientados na defesa da democracia»

Esperamos que os dirigentes do PS não queiram ser covardes do seu próprio partido e se recusem a ser candidatos a covardes da democracia portuguesa — afirmou o camarada Octávio Pato, membro do Secretariado e da Comissão Política do CC do PCP, no decorrer de uma sessão de esclarecimento realizada em Lisboa na passada quinta-feira, na Academia de Santo Amaro.

Analisando a actual situação política e, principalmente, a crise governamental, o camarada Octávio Pato teve ocasião de acentuar que o CDS está a representar o papel propulsor das forças desestabilizadoras da reacção.

O dirigente comunista, depois de ter integrado a chantagem do CDS nas manobras mais vastas das forças da reacção, acentuou que ceder à chantagem do CDS equivale a ser conivente com as negras forças que trabalham para voltar ao passado; não ceder ao CDS significa derrotar as maquinarias das forças reacţionárias e contribuir para salvaguardar a democracia.

Prosseguindo a sua intervenção, Octávio Pato sublinhou que se o PS cedesse às exigências do CDS isso significaria agravar de

forma acentuada a política de direita da actual coligação e significaria ainda que o PS teria capitulado e aberto o caminho para ele próprio ser varrido do poder.

A finalizar a sua intervenção sobre a actual situação política, o camarada Octávio Pato apelou para a unidade das forças democráticas e acrescentou:

**A crise desencadeada pelo CDS deve levar todos os democratas e patriotas portugueses a aproximar as suas posições e procurar entendimentos orientados na defesa da democracia e da independência nacional.**



# Batalha do Livro - uma campanha em marcha!

A Batalha do Livro tem vindo a fazer que, nos mais diversos sectores da DORL, se multiplicam as iniciativas com vistas à concretização com êxito das metas estabelecidas. Não se trata apenas de uma campanha para vendas de livros, mas sobretudo de uma importante iniciativa de divulgação ideológica e cultural, para a qual cada organismo tem vindo a encontrar os melhores meios de realização.

Por exemplo, no concelho de Cascais venderam-se até ao momento 96 títulos, número que irá certamente aumentar a partir do próximo dia 5 de Agosto: acontece que para esse dia, os camaradas de Cascais têm programada a realização de uma Feira do Livro.

No vizinho concelho de Oeiras já se venderam 115 livros. Têm-se organizado regularmente bancas em todas as freguesias do concelho e correm listas de encomendas em diversas localidades e empresas. Estas listas de encomendas atingem já as duas centenas de volumes requisitados.

A Feira da Cultura e da Alegria, que se irá realizar no próximo fim-de-semana no Jardim de Cueluz, vai constituir seguramente

uma grande arrancada da Batalha do Livro no concelho de Sintra. No concelho de Vila Franca de Xira venderam-se já 976 volumes.

Mas os camaradas continuam a desenvolver iniciativas. Por isso, no próximo fim-de-semana montar-se-ão bancas de rua em Vila Franca, na Castanheira, na Póvoa de Santa Iria e na Vialonga.

Por sua vez, o concelho de Torres Vedras vendeu até ao momento 15 mil escudos de livros, enquanto que no concelho de Loures as bancas nas empresas têm registado algum sucesso. Em duas localidades deste concelho realizam-se este fim-de-semana festas susceptíveis de aumentarem o volume de livros vendidos: S. João da Talha e S. Iria da Azóia.

Entretanto, o sector de transportes da DORL do PCP tem já a bonita quantia de 841 livros vendidos. A célula da Carris tem sido bancas a funcionar nas garagens das Amoreiras, Cabo Ruivo, Pontinha, Santo Amaro e Arco Cego; a célula da CP tem sido bancas a funcionar constantemente; e a célula da AGPL pensa montar, até ao final da campanha, 20 bancas.

# Campanha dos 3 mil contos da DORA: «Uma importante vitória do Partido» - disse-nos António Gervásio

Os comunistas do Alentejo cumpriram com êxito uma importante iniciativa política: a Campanha dos três mil contos destinada à aquisição de uma nova sede para a Direcção da Organização Regional do Alentejo do PCP. A propósito, o «Avante!» registou algumas declarações do camarada António Gervásio, membro da Comissão Política do CC do PCP.

A iniciativa da DORA desenvolveu-se de Dezembro de 1977 a Junho de 1978. Qual a amplitude dos resultados obtidos no decorrer destes seis meses?

Podemos afirmar com satisfação ao nosso Partido e ao nosso povo que a meta dos três mil contos foi cumprida com êxito e ultrapassada. No conjunto dos três distritos do Alentejo foram recolhidos nestes seis meses 3162 contos. No Quadro I podemos ver as metas estabelecidas e atingidas no total dos três distritos. Os distritos de Beja e Portalegre não conseguiram atingir as suas metas estabelecidas, mas ficou a faltar pouco: vinte e dois contos ao distrito de Beja e vinte e quatro ao de Portalegre. Por sua vez, o distrito de Évora ultrapassou a sua meta em 118 contos.

Nos 43 concelhos do Alentejo, as metas foram ultrapassadas em 19 deles: Avis, Campo Maior, Gavião e Ponte de Sor (distrito de Portalegre); Alandroal, Arraiolos, Borba, Évora, Montemor, Viana, Vendas Novas e Vila Viçosa (distrito de Évora); Aljustrel, Alvíto, Beja, Ferreira, Ourique, Serpa e Vidigueira (distrito de Beja).

Em muitos outros concelhos a meta foi cumprida e nos restantes a diferença é bastante pequena. Ainda há dinheiro a chegar, porém o balanço final não pode ser mais decorado. Nesse sentido, a DORA decidiu fechar a campanha a 23 de Julho. Todo o dinheiro que ainda vier a entrar, depois deste balanço final, entra na caixa da DORA como oferta.

financieiros; a Campanha da DORA para uma nova sede foi também uma grande campanha política. Realizaram-se cerca de 200 iniciativas — festas, canto livre, bailes, leitões, comícios, projecção de filmes, porta-a-porta, rifas, venda de emblemas, venda da carta-apelo de 100\$00, bancas em mercados.

Participaram nestas iniciativas cerca de 90 000 pessoas, assim distribuídas: oitenta iniciativas em Beja, cerca de 35 000 participantes; 94 iniciativas em Évora, 33 000 participantes; 23 iniciativas em Portalegre, 21 000 participantes.

Para além dos militantes e simpatizantes do Partido, milhares de pessoas sem partido e bastantes socialistas contribuíram para a Campanha da DORA, participando nas iniciativas oferecendo objectos de valor para rifar ou leiligar, comprando coisas, etc. Mesmo pessoas lidas como «conservadoras» ofereceram donativos para a nova sede da DORA. Sem a ajuda e a participação de dezenas de milhares de pessoas amigas sem partido não teria sido possível atingir e ultrapassar a meta dos três mil contos.

Esta rica experiência confirma uma vez mais que quando os comunistas confiam e se apoiam nos trabalhadores e no Povo, quando as organizações do Partido assentam as suas raízes nos nossos trabalhadores, quando o Partido exprime os interesses vitais do povo e tem a sua confiança, o problema dos fundos é resolvido e as tarefas do nosso Partido são sempre cumpridas!

Nesta campanha realizou-se um grande trabalho de massas, um intenso trabalho de esclarecimento político sobre a actual situação do País, sobre o papel do PCP e a importância dos Centros de Trabalho para o desenvolvimento da actividade do Partido. Recrutaram-se novos membros para o Partido, realizaram-se grandes festas-comícios com a presença de vários camaradas do Comité Central do Partido.

Na realização desta importante iniciativa política, foram encontradas dificuldades? Foram. Foi uma tarefa difícil que

a campanha não chegou a arrancar. Foi nos últimos dois meses e, sobretudo em Junho, que houve o grande arranque para a meta. No distrito de Beja arranjaram-se cerca de 600 contos nesse mês, ou seja, mais dinheiro que nos anteriores cinco meses!

Contudo, apesar de algumas dificuldades e deficiências existentes, a grande massa dos membros do Partido compreendeu a importância política da Campanha e lançaram-se à tarefa com determinação, sacrifício e confiança.

**A nova sede da DORA**  
A nova sede para a DORA foi já comprada por 2100 contos. Quando se pensa fazer a sua inauguração?

Quando iniciamos as obras na sede, vamos promover jornadas de trabalho voluntário, com vista a reduzirmos as despesas ao mínimo.

Por tudo isto, pensamos que a inauguração da nova sede terá lugar, se os nossos planos não falharem, no segundo semestre de 1979.

**A caminhada continua!**  
Uma parte da caminhada está percorrida: conseguimos os três mil contos e compramos a sede. Agora, falta-nos a segunda parte da caminhada, ou seja, fazer modificações, adaptações e pôr a nova sede a funcionar. Temos ainda pela frente muito trabalho e vai ser necessário arranjar ainda mais algum dinheiro.

A DORA é uma das direcções regionais mais importantes do PCP, não só pelo número de filiados que tem e por estar numa região de forte influência do Partido, mas também por estar no coração da Reforma Agrária e possuir o maior número de autarquias em que a APU ganhou.

A DORA precisa de uma sede que responda às exigências do seu trabalho e à imagem do nosso Partido no Alentejo. Estamos certos de que não faltarão aos militantes do Partido energias, capacidades, espírito de sacrifício, dedicação e determinação para cumprirmos, com êxito, o resto das tarefas que nos faltam.

Não só os membros do Partido mas igualmente muitos simpatizantes, pessoas sem partido, inclusive socialistas sinceros, ajudam a Campanha de fundos da DORA: uns oferecendo dinheiro, outros oferecendo borregos, porcos, ovelhas, leitões, feijão, vinho, cobertores, artesanato, galinhas, frangos, coelhos, bolos, etc., para rifar ou vender. Outros ainda participaram nas festas, fazendo despesas para ajudar a Campanha.

A todos os militantes do Partido, ao «Avante!» e sua equipa, aos camaradas da direcção do Partido que se deslocaram ao Alentejo para participarem nos comícios-festa da Campanha, às pessoas amigas sem partido, a todos aqueles que ajudaram a nossa Campanha de fundos, a Dora agradece profundamente a sua preciosa ajuda e a todos dirige uma saudação calorosa e combativa.

	Meta estabelecida	Meta atingida
Beja	1 200 000\$00	1 178 596\$50
Évora	1 200 000\$00	1 318 316\$60
Portalegre	600 000\$00	576 941\$10
Iniciativas DORA		88 820\$20
<b>TOTAL</b>	<b>3 000 000\$00</b>	<b>3 162 674\$40</b>

50 000 contos se fizeram menos iniciativas e se obteve na região da DORA mais dinheiro: 3400 contos.

Iniciámos a Campanha em pleno Inverno e, ainda por cima um Primavera, bastante chuvosa, o que prejudicou — e impediu mesmo — a realização de muitas iniciativas.

Por outro lado, não há no Alentejo instalações com capacidade para grandes iniciativas de massas, onde possam participar vários milhares de pessoas. Se queremos fazer iniciativas deste tipo, temos que as fazer ao ar livre e isso torna-se difícil nos períodos de chuva.

A nosso ver, existiu uma grande falha: não se ter iniciado a Campanha com uma grande iniciativa de massas, susceptível de galvanizar logo toda a organização e marcar o ritmo da Campanha. Foi uma falha.

A Campanha demorou a arrancar em muitas localidades e células, existiram algumas incompreensões, muitos militantes não perceberam logo o significado da campanha de fundos para a nova sede da DORA. Em várias organizações concelhias e células,

Distrito de Beja	Total
Aljustrel	152 613\$30
Almodôvar	200\$00
Alvíto	38 955\$90
Beja	355 184\$30
Castro Verde	34 733\$80
Cuba	16 432\$30
Ferreira do Alentejo	129 293\$70
Mértola	15 919\$20
Moura	35 400\$30
Odemira	44 895\$30
Ourique	19 423\$30
Serpa	235 177\$30
Vidigueira	60 287\$80
Comissão Distrital	73 205\$60
<b>Total</b>	<b>1 178 596\$50</b>

Distrito de Évora	Total
Comissão Distrital	19 982\$30
Alandroal	40 530\$60
Arraiolos	112 330\$60
Borba	65 904\$50
Estremoz	46 710\$50
Évora	370 729\$30
Montemor	264 436\$30
Mora	62 468\$50
Mourão	22\$00
Portel	20 426\$30
Redondo	31 841\$20
Reguengos	15 663\$50
Vendas Novas	168 446\$50
Viana	61 998\$10
Vila Viçosa	37 504\$30
<b>Total</b>	<b>1 318 316\$60</b>

Distrito de Portalegre	Total
Comissão Distrital	121 686\$30
Alter do Chão	25 844\$30
Aronches	687\$50
Avis	123 933\$10
Campo Maior	11 232\$70
Evas	1 257\$30
Fronteira	13 662\$20
Gavião	10 820\$30
Monforte	3 190\$30
Nisa	563\$30
Portalegre	21 453\$30
Ponte de Sor	11 057\$40
Sousel	29 515\$20
Crato	40\$00
<b>Total</b>	<b>576 941\$10</b>

DORA Iniciativas	TOTAL DADORA
88 820\$20	3 162 674\$40

(\*) - Na soma das Comissões Distritais incluídas verbais não especificadas de alguns concelhos.

# Campanha contra a Reforma Agrária: ofensiva contra a democracia!

O "alarme" foi dado pelo director de "A Capital", Francisco de Sousa Tavares: na zona da Reforma Agrária estaria a verificar-se a delapidação do património florestal. Jogando com nomes de herdades, este senhor procurou confundir a opinião pública, procurou voltar sectores da população menos esclarecidos contra a Reforma Agrária, realidade fundamental da democracia, realidade incómoda para a reacção. E como é uso e costume nas campanhas desencadeadas pelos sectores anti-democráticos, as armas utilizadas foram, mais uma vez a calúnia, a difamação.

Sousa Tavares e os que o apolam não perderam pela demora.

Breve velo o desmentido da própria Secretaria de Estado das Florestas através de uma nota oficiosa: os cortes

"criminosos" indicados pelo "arauto" Sousa Tavares foram, na maioria, realizados por parecer dos Serviços Regionais das Florestas, porque tecnicamente aconselháveis; apenas em dois casos dos 63 indicados se verificaram cortes injustificados.

Que o director de "A Capital" tenha indicado outros cortes que nem ocorreram e herdades que nem foi possível identificar, assim como cortes que afinal sucederam na vigência do domínio dos agrários, não é indicativo de que não ponha o melhor da sua arte ao serviço das campanhas da reacção mas antes característica das ofensivas de direita nas quais a mentira é um elemento intrínseco.

Importa não perder de vista o essencial: esta campanha sobre a pretensa delapidação do património florestal que se

verificaria na zona de intervenção da Reforma Agrária não brota por geração espontânea da imaginação inventiva do senhor Sousa Tavares. Esta campanha insere-se numa das muitas ofensivas dos sectores reacçãoários contra o processo democrático aberto com o 25 de Abril. Verifica-se num momento em que a direita tenta uma recuperação em todos os domínios, político, económico, social. Tentativa tanto mais audaz, quanto a política do PS no Governo e fora dele tem favorecido abertamente as ambições dos saudosistas do fascismo, a conspiração dos grandes capitalistas e latifundiários, os planos do Imperialismo. Mas igualmente tentativa desesperada: tanto mais desesperada quanto, apesar das dificuldades da luta, as massas trabalhadoras e o movimento popular crescem em força e unidade.

## Na defesa da floresta

Uma nova campanha contra a Reforma Agrária tem vindo a ser desencadeada nestes últimos tempos. Para além dos estáfados argumentos de combate à Reforma Agrária, a gritaria da direita reacçãoária centra-se numa questão que, até agora, ainda não tinha sido versada: a questão florestal.

Os prenúncios do actual alarido começaram já há alguns tempos.

Em Fevereiro deste ano, o senhor Hipólito Raposo, latifundiário da zona de Portalegre e elemento da CAP, escreveu telegramas ao Secretário do Estado das Florestas alertando-o, como técnico, para a destruição da riqueza florestal que segundo ele vinha a ser praticada pelas UCPs. Por seu lado, aquele membro do Governo determinava aos Serviços o cumprimento sem hesitações da legislação. Isto, numa altura em que a posição oficial em relação às leis de cortes e do ordenamento (decretos-Leis 439-D e E/77) era a de não rigidez na aplicação, na medida em que interessava esclarecer as populações.

300 mil pequeníssimos proprietários florestais.

### É a reacção que saqueia a riqueza florestal

Mas afinal o que se passa? Qual a legislação florestal que está em vigor?

Existem de momento, para além da já antiga legislação de protecção ao montado de sobre, quatro decretos-leis com incidências directas nas questões florestais: os já citados Decretos-Leis 439-D e 439-E/77 (dos cortes e ordenamento das matas) que já foram suspensos pelo próprio governo, o Decreto-Lei 14777 que regulamenta o corte das azinheiras e o Decreto-Lei 26077 - a famigerada Lei da Cortiça.

Todos estes diplomas têm pontos comuns. Todos eles anunciam que pretendem preservar o património florestal. Porém todos eles não passam de um emaranhado tecnocrático de proibições e multas.

Repare-se, por exemplo, no decreto que proibe o corte das azinheiras, sem a devida autorização dos serviços compe-

tentes da Secretaria do Estado das Florestas (SEF). Quais as contrapartidas dadas pelo Governo para preservar o montado de sobre? Acaso no consúlio dos senhores Barreto e Portas (altura em que saiu esta legislação) se procurou incentivar a silvopastorícia no Alentejo, factor essencial para a defesa dos montados de sobre e azinho? Os factos provam o contrário. De cerca de 40 mil hectares pedidos pelas UCPs e Cooperativas para receberem beneficiação com pastagens, foram executados no ano uns escassos 4 mil. Para o orçamento de 1978, o MAP de Barreto apenas programou ao nível do Orçamento Geral do Estado (OGE) uma área que não ultrapassa os 2500 hectares. Para o programa deste ano o recurso da Secretaria do Estado dos Serviços Florestais à Public Law (P.L. 480) — fonte de financiamento exterior do OGE — situa-se em cerca de 50 000 contos. Que se saiba nada foi feito para começar a utilizar aquela PL 480 por parte da Direcção Geral do Fomento Florestal, organismo interessado na sua aplicação. Pois bem: percentagem de utilização da PL 480 ronda os 60% (30 000 contos) na zona da Reforma Agrária, precisamente na silvopastorícia.

Todos estes factos mostram bem a levandade com que um

assunto desta importância foi tratado. Não se estimula o interesse pelos montados, não se criaram os incentivos económicos para a sua defesa, não se esclareceu a importância deste tipo de floresta.

Quando a tão propagada destruição da floresta no Alentejo não passa dos abates de arvoredo que se impõem ou para desbastes ou para limpezas ou ainda como cortes finais.

No julgamento de uma UCP, acusada pelos serviços oficiais de transgressão pelo corte não autorizado de cerca de 330 azinheiras ficou provado que a UCP estava a cortar 200 azinheiras e quanto às restantes era tecnicamente aconselhável o seu corte.

A direita linge ignorar o saque dos agrários e tenta impingir a história da destruição do arvoredo que seria praticada pelos trabalhadores alentejanos. Está pois à vista mais um novo tema na ofensiva contra a Reforma Agrária — a questão florestal. Mas neste domínio, tal como nos demais no âmbito da Reforma Agrária, a preservação da floresta passa pela adopção de medidas propostas pela vanguarda organizada dos trabalhadores. A realidade demonstra em cada zona florestal do país quem saqueia e destrói e quem tudo faz para preservar a riqueza da floresta.



Os trabalhadores da zona de intervenção da Reforma Agrária têm dado um exemplo a todo o país do seu empenhamento em defender o património florestal.

## No fim de semana: reunião de quadros do PCP em Grândola

Aberta «a todos os democratas com actividade directa na Reforma Agrária» e trabalhadores das UCPs/Cooperativas e Uniões responsáveis pelo sector da produção que, a partir dos dados recolhidos sobre a produção actual, procurarão apontar medidas que levem à melhoria e consolidação da vida económica das UCP/coop., através do aumento rápido da produção, realiza-se no próximo fim-de-semana, dias 29 e 30, na Sociedade Música Velha de Grândola, uma reunião de quadros do Partido Comunista.

Os objectivos da reunião são, em resumo, a busca de medidas que permitam «aumentar rapidamente a produção, criar novos postos de trabalho; melhorar



Aumentar a produção agro-pecuária, consolidar as UCPs e Cooperativas para a defesa da Reforma Agrária; grande preocupação e esforço dos trabalhadores comunistas na zona da Reforma Agrária em Setúbal; objectivos a discutir na reunião de quadros do próximo fim-de-semana em Grândola

a situação económica e financeira das UCPs/Coop., corresponder às carências de consumo das populações em produtos agrícolas, contribuir para a defesa da economia nacional e encontrar as formas que permitam o reforço da ajuda aos pequenos e médios produtores.»

Os trabalhos decorrerão das 10 às 13 horas e das 15 às 18 horas durante os dois dias e, no final da reunião, realizar-se-á um plenário para leitura das conclusões.

Num comunicado de convocação da reunião, a Comissão Promotora afirma:

«Confiantes e apoiados na grande força dos trabalhadores da zona da Reforma Agrária, façamos com que esta iniciativa se traduza numa grande participação para o aumento da produção e consolidação das UCPs/Coop., para a defesa da Reforma Agrária.»

## A Campanha de corte de árvores é mentirosa!

Tendo procedido a uma cuidadosa investigação nas herdades indicadas nas listas que as forças da reacção indicavam como exemplos de corte indiscriminado de árvores na zona da Reforma Agrária, os Secretariados e Uniões Distritais das UCPs e Cooperativas de Beja, Évora, Portalegre, Santarém e Setúbal tornaram público um comunicado, cujas conclusões fundamentais são as seguintes:

«Dos 63 casos publicados, só em 5 houve desbastes sem autorização dos Serviços Oficiais, mas técnica e economicamente justificáveis; em 8 casos não houve qualquer corte de árvores; em 3, os cortes foram feitos no tempo dos agrários e não se conseguiram localizar, nos distritos indicados, 15 das herdades. Em todos os restantes casos, houve a necessária autorização e acompanhamento pelos Serviços Florestais a partir do momento em que saiu a respectiva legislação.»

«Assim, da extensa lista publicada pelo senhor Sousa Tavares porta-voz da reacção, verifica-se que, nuns casos, as herdades referidas não estão integradas em quaisquer Unidades Colectivas, noutros casos, os grandes cortes de árvores de que as UCPs e Cooperativas Agrícolas são acusadas limitam-se a simples desbastes com autorização dos Serviços Oficiais competentes e com base em procedimentos técnicos correctos; noutros não houve quaisquer cortes e as acusações feitas aos trabalhadores não passam de pura invenção, e casos há ainda em que as herdades referidas não existem ou não são conhecidas nos Distritos citados.»

Mostrando as suas afirmações através de um extenso quadro, os trabalhadores afirmam que «a campanha do corte de árvores é uma larga manobra montada contra os trabalhadores e contra a Reforma Agrária, tentando-se envolver nela a opinião democrática, menos atenta ou menos conhecedora destas questões, e os próprios órgãos do poder, em especial a Presidência da República.»

## Luta pelo tabelamento dos preços do melão

Terminou no dia 25 o prazo concedido por uma delegação dos seareiros de Azambuja, Vila Franca de Xira e de todo o Vale do Tejo à Direcção Geral do Comércio Alimentar, para a saída de uma portaria na qual seja fixado o preço do melão na produção e ao consumidor. Para a produção, os seareiros reivindicam o preço de oito escudos por quilo.

Esta reivindicação sintetiza as conclusões de um plenário promovido pela Comissão dos Seareiros da Liga dos Pequenos e Médios Agricultores de Alpiarça, realizado no passado dia 20, com a presença de cerca de 600 seareiros.

## O desemprego ameaça mais de 500 rendeiros

Os rendeiros continuam a luta contra a actual Lei do Arrendamento Rural, que desimpede o caminho aos senhorios para despejarem impunemente os rendeiros.

Na «declaração de rendeiros», aprovada numa recente reunião do MARN, afirma-se que, se não se proceder urgentemente à alteração da Lei do Arrendamento Rural, «no fim das colheitas são mais de meio milhão de rendeiros que vão para a rua depois de anos e anos de labuta e cuidando dos campos dos senhorios» o que dará origem, igualmente, a que muitos hectares de terra fiquem de pouso ou que «em boa terra de sementeira, os senhorios plantem eucaliptos, pinheiros ou choupos.»

Afirmando que não aceitando as suas reivindicações, «as autoridades praticam um crime contra o progresso da lavoura e contra o País», os rendeiros manifestam a sua vontade inabalável de continuar a luta contra os despejos injustos.

## Sociedade dos Silveiras

Na reportagem intitulada «Nas lezírias de Vila Franca, a dura luta dos seareiros do melão», publicada na semana passada nesta página, reproduzimos informações de trabalhadores segundo as quais «... a Sociedade dos Silveiras negou terra a uns poucos de seareiros, quando tem cerca de 400 hectares por cultivar, e estes apenas ocupavam 38 hectares.»

Entretanto, podemos mais tarde verificar que a Sociedade dos Silveiras compreende na realidade, 400 hectares, (300 na exploração dos Silveiras, 20 hectares em Belo Jardim e 80 hectares no Monte de S. Estêvão), que, segundo os dados obtidos, se encontram plenamente aproveitados.

# A unidade na «Luta dos Trabalhadores» UCP da região de Vale de Cavalos

Na UCP «Luta dos Trabalhadores», em Vale de Cavalos em plena vinha que se entende por 62 hectares, fomos encontrar diversas trabalhadoras. Entradas já na idade, têm muito que contar acerca dos anos em que a fome lhes batia à porta trazida pelo desemprego periódico e pelas baixas jornadas com que os grandes agrários exploravam a sua força de trabalho. Mas hoje a recordação do passado surge como comparação a um presente que poderia ser ainda melhor se «não houvesse quem dá cada vez mais corda aos senhores de ontem sem ver que ainda se podem enforçar nela.»

Com a UCP «Luta dos Trabalhadores», em Vale de Cavalos, o desemprego e a fome foram combatidos. E, por esta realidade, que as UCPs e cooperativas de produção agrícola trouxeram às populações, os trabalhadores estão dispostos a combater.

Hipólito Raimundo, Joaquim Antunes, Hipólito Pires, Arlindo Tocha são alguns dos trabalhadores da Comissão Directiva desta Unidade Colectiva. Nas terras que hoje ocupam, num total de 84 hectares, outrora pertença da Casa de Carlos Veiga e Herdeiros, cresce agora um pouco de trigo, 4 hectares de milho, 11 hectares de tomate, mais de 60 de vinha e meloal. Começaram quase do nada: sem máquinas, sem alfaias, com dificuldades em conseguir o Crédito Agrícola de Emergência. Durante algum tempo, andaram a trabalhar com um tractor emprestado pela UCP «15 de Outubro». Mercê do esforço do seu trabalho, conseguiram adquirir

dois tractores, diversas alfaias, um pulverizador, um reboque e uma charrua, desenvolveram a criação de gado, fundamentalmente suíno, ampliaram a área de culturas. E mais poderiam ter feito se não fosse essa tremenda injustiça de o ex-proprietário conservar as instalações, o que deixa a UCP sem o mínimo de estrutura, e os dois cortes do CAE que vieram prejudicar os projectos de investimento dos trabalhadores. No entanto, apesar das dificuldades, as receitas da «Luta dos Trabalhadores», no ano passado, cobriram as despesas, o que vem mais uma vez provar a capacidade de administração dos trabalhadores.

### A força da democracia interna

Em Março passado, as águas turvas invadiram as terras da UCP e as do ex-patrão que ficam a meio com a Unidade. Os criados



Na UCP «Luta dos Trabalhadores», a unidade alicerça a esperança e a confiança no futuro

do agrário telefonaram para Vale de Cavalos alitados com o cerco das águas. Não havia pescadores nem barcos. Os trabalhadores, num gesto de coragem e de solidariedade, meteram-se num barco

a remos e vieram acudir. Até o noite, durante cerca de nove horas, os trabalhadores da UCP salvaram cerca de 500 leitões do ex-patrão enquanto este andava de helicóptero. Apesar deste risco

corrido pelos trabalhadores, nunca o agrário teve uma palavra de agradecimento e ainda por cima, à cata de fortes indemnizações, foi dizer ao CRRA que os porcos e leitões tinham morrido.»

Entretanto, se houve quem sofresse com a cheia, foi a UCP «Luta dos Trabalhadores» sem contar com a lavoura e os adubos, a seara de trigo teve um prejuízo de cerca de 30 contos; nos pessegueiros perderam-se 20% da produção; na vinha os danos ultrapassam os 64 contos, mais 90 contos em material, e num viveiro os prejuízos alcançam mais de 13 contos.

Mas os trabalhadores guardam a esperança e a vontade inabalável de continuarem:

«Este é o nosso ganha pão e tudo faremos para desenvolver estas terras. Se vivermos sorte, investiremos numa maternidade para porcas criadeiras, alargaremos a cultura de regadio se nos derem investimento para furos para a rega da terra, e por isso já fomos aos Melhoramentos Hidráulicos e esperamos uma resposta positiva. Continuaremos a lutar para ficarmos com as instalações que nos pertencem de direito e não ao patrão. Estes projectos contam com o apoio de todos os trabalhadores. Isto porque no interior da Cooperativa se vive a unidade. Todos são informados acerca de tudo o que se passa. Pensamos que só com uma forte democracia interna podemos defender a nossa Unidade Colectiva e toda a Reforma Agrária.»

## Reservas ameaçam UCP «15 de Outubro»

Na UCP «15 de Outubro», em Vale de Cavalos, os trabalhadores temem o futuro se os projectos de reservas forem por diante. Os antigos agrários querem nada mais nada menos do que uma reserva de 700 hectares, num total de 70 mil pontos, englobam quase toda a floresta da Unidade, uma das suas principais fontes de receita. Perante isto, os trabalhadores da «15 de Outubro» interrogam:

«Se for dada esta reserva, o que faremos do gado, do nosso rebanho de ovelhas e das vacas, que aumentámos com tanto sacrifício?»

Mas a injustiça não fica por aqui. Outro pedo de reserva pretende toda a terra de regadio da Unidade:

«Ora o que dá trabalho aos trabalhadores, é precisamente o regadio que compreende cerca de 37 hectares. Se nos tirarem o regadio e a floresta só ficamos com pedras e mato. Afinal o que pretendem, sem coragem para o dizerem abertamente, é a destruição da Unidade e que o desemprego volte às freguesias vizinhas cuja gente aqui trabalha. Nós nem nos negamos a dar reservas mas em terras que não venham deitar completamente abaixo a Unidade. Esta ofensiva dá-se num momento em que sofremos os efeitos dessa malfadada lei da cortiça que obriga as unidades colectivas a só levantarem 35% da cortiça que produzem. Esta violência nas unidades nas quais a cortiça constitui uma das principais fontes de receita como é a nossa, constitui um auténtico desastre financeiro. O que nos vale é a unidade interna, a certeza de que lutaremos contra as reservas injustas que só nos trarão desemprego e fome. Lutaremos pelo diálogo. Se o negarem é porque querem de novo a miséria na gente dos campos. Mas nem assim quebrarão a nossa vontade de fazer vingar a Reforma Agrária.»

## Comercialização da fruta: a JNF tem de intervir com eficácia

Uma das principais produções do agricultor do Centro e Norte do país é a fruta. Uma boa parte da fruta produzida é comercializada e consumida na época da produção, outra, essencialmente a maçã, pera e laranja é conservada uma parte dela em frio, e vendida posteriormente.

Com excepção da fruta que é conservada em frio, o preço da restante (a vendida e consumida aquando da produção) está altamente dependente das maiores ou menores produções verificadas e da actuação dos intermediários. De facto, sendo produtos agrícolas que se deterioram facilmente, o seu preço não consumo imediatamente após a colheita conduz a curto prazo à perda de qualidade primeiro e à deterioração depois. Um escoamento capaz tem que passar necessariamente pela intervenção da Junta Nacional das Frutas que deverá intervir oportunamente e com preços minimamente compensadores. Nos anos em que se prevêem grandes produções terão que ser previstos outros canais de escoamento para além do consumo público, como a industrialização e a exportação. Não poderão ser os agricultores ou as poucas organizações que possuem, dum modo geral descapitalizadas e sem apoio significativo do Estado, a arcar com aquelas dificuldades. Ou será que o Governo pretende aplicar no funcionamento da JNPF única e exclusivamente o critério de rentabilidade como se pode inferir da intervenção que fez na

campanha da batata de 1977? Mas o que admira é que este critério é utilizado nos chorudos financiamentos que faz aos donos de empresas desentrevencionadas que depois as fecham ou fazem falir descaradamente, arrecadando os dinheiros públicos impunemente...

Se realmente o Governo quer estimular uma produção equilibrada de fruta e capaz de suprir, dum modo geral, as necessidades do consumo em fresco, terá que organizar ou financiar a exportação e a industrialização das superproduções.

Há fábricas suficientes, capazes de o fazerem, e a maior parte delas está dependente directa ou indirectamente da banca nacionalizada. Organizando a industrialização das frutas poder-se-á também evitar a importação de conservas e regularizar o consumo de fruta nos anos de grande escassez de produção.

A JNF fez já algumas intervenções que importa referir, especialmente no escoamento do melão e da maçã mais miúda.

Porém, na campanha de 1977, já não garantiu o escoamento do melão como fez nas duas campanhas anteriores. Não surgiram problemas de maior na comercialização porque a produção foi muito fraca. Quanto à maçã, as intervenções no escoamento da mais miúda nos anos de grandes produções são insuficientes. Há que estender estas intervenções a calibre maiores.

Mas há também que estar atento a outras frutas em que se verificam superproduções como o pessegue, a laranja, etc. O pessegue há 2 anos (campanha de 1976) chegou a ser vendido pela produção a 1\$00/Kg., e uma parte significativa estragou-se mesmo. Na última campanha de laranja houve muita que também se

se de passagem, o Governo tarda em minimizar instituindo o correspondente seguro agrícola que a Constituição prevê (artigo 102.), quanto mais a incerteza no escoamento. Esta incerteza leva a que o agricultor tema de igual modo os anos de baixas produções e de grandes produções. Neste último caso ou não consegue vender a fruta ou vende-a ao desbarato, enquanto que os seus encargos com a produção são maiores.

Tudo leva a crer que estamos perante um ano de fruta, que não sendo das maiores produções ultimamente verificadas, será contudo excedentária quanto ao consumo público. Este excesso poderá já verificar-se no pessegue e virá a verificar-se na maçã, a menos que algumas trovoadas de granizo danifiquem significativamente os pomares. Quanto ao melão ainda é cedo para se fazerem previsões. É, portanto, necessário que a JNF organize a sua intervenção garantindo o escoamento da fruta, evitando que o intermediário especule com a grande produção, chegando ao extremo de a deixar rarear no consumo para auferir maiores lucros. É igualmente necessário programar a industrialização dos excedentes do consumo público. Finalmente toma-se também necessário articular e incentivar a exportação e não tomar uma atitude passiva como aconteceu com a actuação da JNF na exportação da batata, já na presente campanha.



estragou. Situações destas conduzem ao desânimo do agricultor que pode ser levado ao extremo de cortar as árvores como já aconteceu com alguns pomares de macieiras na zona norte do distrito de Castelo Branco. Realmente, já basta a dependência e incerteza das condições atmosféricas, que diga-

# A formação ideológica tarefa de todo o militante

Temos de responder, no campo político e ideológico, às massas populares, aos trabalhadores e ao país.

«Na história do pensamento filosófico e sociopolítico existiu um sem-número de diferentes ideias e teorias. Muitos pensadores do passado procuravam dar aos homens não só o conhecimento do mundo no seu conjunto, como também indicar-lhes o caminho da justiça social e da felicidade.

teoria verdadeira, que reflecte correcta e profundamente a realidade. E uma das causas que determinam este conhecimento justo da realidade é a filosofia marxista. O marxismo-leninismo diferencia-se de todas as concepções teóricas precedentes justamente por uma profunda fundamentação filosófica de todas as suas teses principais.

«Histórico», lançado recentemente pelas Edições «Avante!», e dá-nos uma síntese clara, acessível e firme da natureza científica do marxismo-leninismo.

Nunca será demais repetir que o marxismo-leninismo, o materialismo dialéctico, e histórico, torna-se, pois, imperioso para se poder enfrentar e rebater a ofensiva da ideologia burguesa. Esta, que durante muito tempo «ignorou» a filosofia do



grandes revolucionários, políticos, economistas e práticos do movimento revolucionário, mas também grandes filósofos. Durante toda a sua vida atribuíram um excepcional significado ao estudo e ao desenvolvimento da filosofia. Foi por isso que souberam encontrar as soluções justas e determinar correctamente o curso do desenvolvimento dos processos sociais durante as complexas e bruscas viragens na vida social.

marxismo-leninismo, foi obrigada a «conhecê-la» mas fazendo tudo para a deturpar ou negar-lhe o carácter científico: é uma das formas arditosas de desenvolver o anticomunismo. Por isso cada militante, cada revolucionário, se deve armar ideologicamente e desferir o contra-ataque.

No «Curso de Materialismo Dialéctico e Histórico» encontrará o fundamental para entender como Marx e Engels souberam pegar em tudo o que o conhecimento humano havia adquirido anteriormente, estudar os mais recentes avanços da ciência e a partir daí elaborar uma teoria explicativa do universo e da sociedade. E também encontrará bem patente que Marx, Engels e depois Lênine o conseguiram porque se colocaram decidida e combativamente ao lado da classe que representa o progresso histórico: o proletariado.

# Temas vários

## 26 de Julho de 1953: o assalto a Moncada

Em 26 de Julho de 1953, ano do centenário do nascimento de José Martí, patriota e revolucionário, um grupo de jovens cubanos chefiados por Fidel Castro tenta o assalto ao quartel Moncada, uma espécie de fortaleza situada em Santiago.

Apesar da coragem e da determinação revolucionária dos patriotas, a acção foi um fracasso militar, a que se seguiu um período de intensa repressão e perseguição.

Em 1971, aos 18 anos após o assalto a Moncada, Fidel Castro visita o Chile da Unidade Popular e, durante uma conferência de imprensa concedida na capital chilena, evoca assim o «26 de Julho»: (...) «Éramos 160, porque 120 deviam tomar de assalto o quartel Moncada e 40 uma outra fortaleza situada na cidade de Bayamo. Cometemos o erro de dividir as nossas forças. Deveríamos ter concentrado os 160 homens sobre o objectivo principal. Mais tarde, desembarcámos em Cuba com 82 homens... (...) Hoje, com os homens que participaram na primeira acção, estudada a região de Sierra Maestra, ter-nos-íamos deslocado para aí e teríamos atacado uma pequena guarnição para conseguirmos armas...»

### Porquê Moncada? Porquê Santiago?

O quadro político em que se deu o «26 de Julho» era caracterizado, por um lado, pelo regime de ditadura e de submissão ao imperialismo imposto ao país em 1952 por Fulgencio Batista, e por outro, pela resistência tenaz dos patriotas cubanos.

Em 28 de Janeiro de 1953, realiza-se nas ruas de Havana uma manifestação comemorativa do aniversário do

nascento de José Martí. Milhares de jovens, com Fidel Castro à frente, marcham em filas disciplinadas. Ao mesmo tempo, começa nos arredores da capital um período de instrução militar clandestino.

O assalto a Moncada veio depois. Mas porquê Moncada? Porquê Santiago de Cuba?

Esta cidade foi sempre o foco da luta pela independência e pela liberdade do povo cubano, da luta contra a tirania e a opressão. Por seu turno, o quartel Moncada era o segundo mais importante da ilha. A sua tomada teria repercussões no exército de Batista.

O objectivo do movimento revolucionário era muito claro (embora difícil de concretizar): chamar o povo à sublevação utilizando a estação de rádio de Santiago, distribuir as armas apanhadas no quartel e colocar a província de Oriente em estado de insurreição, a fim de que esse exemplo fosse seguido em todo o país para derrubar o regime a soldo do imperialismo.

Em 26 de Julho começavam as festas tradicionais de Carnaval em Santiago. Era um dia favorável para lançar o assalto. Mas as coisas não correram como estava previsto. Houve falhas. Houve fracasso militar. E veio a repressão. Dezenas de jovens são torturados e assassinados. Entre os que foram a tribunal estava Fidel de Castro, comandante do grupo revolucionário. Durante o processo, reivindicou toda a responsabilidade do assalto, assumindo ele próprio a sua defesa.

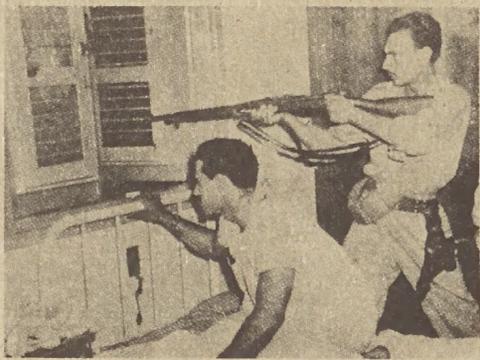
A intervenção do réu e advogado Fidel Castro, dirigida às massas populares, a todos os democratas e patriotas e à opinião pública internacional, dura cinco horas e termina com a frase histórica: «Pouco importa a vossa condenação, a História me absolverá».



Haydée Santamaría e Melba Hernández, as duas jovens que faziam parte do grupo revolucionário aguardam na prisão o julgamento

Fidel foi condenado a 15 anos de prisão. Na penitenciária da ilha de Pinos reencontra o seu irmão Raúl, condenado a 13 anos de prisão, e os outros sobre-

viventes do assalto a Moncada. As condenações aos revolucionários cubanos, jovens na sua maioria, causam profunda emoção e repúdio em todo o Mundo. Batista e a ditadura acabam por ceder à pressão de forte solidariedade internacional. Em 15 de Maio, abandonam a penitenciária de Pinos, e Fidel refugia-se, com seu irmão, no México. A luta irá continuar. Seis anos depois seria a vitória!



Soldados do quartel Moncada posam para os fotógrafos após o assalto: o aparelho de propaganda oficial da ditadura a funcionar



Fidel Castro e alguns dos seus companheiros enfrentando os chefes do quartel Moncada após a tentativa de assalto

## Saudação do CC do PCP

O camarada Manuel Pedro, membro do CC do PCP, assiste em Cuba, em representação do nosso Partido, às comemorações do 26 de Julho.

Entretanto, o CC do PCP enviou ao CC do Partido Comunista de Cuba uma saudação, em que se começa por afirmar:

Queridos camaradas: Assinalando a passagem do 25.º aniversário do assalto ao Quartel Moncada, o Comité Central do Partido Comunista Português envia-vos calorosas e fraternais saudações de combate e, por isso intermédio, aos comunistas, à classe operária e ao povo trabalhador de Cuba socialista.

Evocando a memória dos corajosos jovens revolucionários e patriotas que, no Movimento de 26 de Julho, deram a sua vida para que Cuba fosse um dia uma terra livre, democrática e independente, saudamos simultaneamente a luta do movimento operário e de todas as forças revolucionárias cubanas, que desembocou na histórica tomada do 1.º de Janeiro de 1959.

No limiar do 20.º aniversário da revolução, a despeito do sabotagem, do bloqueio económico e do isolamento político, dos ataques e agressões armadas do imperialismo, os trabalhadores e o povo cubano podem orgulhar-se dos êxitos alcançados na construção do socialismo, resultado da sua luta corajosa e tenaz, conduzida pelo Partido Comunista de Cuba, resultado da solidariedade internacionalista do povo soviético, dos povos dos outros países socialistas, de todas as forças da paz e do progresso.

Após uma referência à situação em Portugal e à política defendida pelo nosso Partido, a saudação salienta:

Nos últimos tempos, grandes sucessos se têm registado a nível mundial, na luta dos povos pela democracia, a independência nacional e o progresso social, a paz e o socialismo.

Tentando conter a marcha do processo revolucionário mundial, a braços com uma crise profunda e generalizada do sistema capitalista que procura resolver à custa dos trabalhadores, o imperialismo intensifica a corrida aos armamentos, relança um novo clima de guerra fria, multiplica as manobras de diversão ideológica, as agressões e as formas de ingerência. O PCP manifesta o seu inteiro apoio e solidariedade a todos os povos em luta contra o fascismo, o colonialismo e o neocolonialismo, o racismo e o apartheid, contra todas as formas de dominação imperialista. Com particular energia, o PCP tem-se manifestado contra as novas manobras do imperialismo no continente africano e continuará a lutar por que Portugal pratique uma política externa de paz, amizade e cooperação com todos os povos.

No actual contexto internacional, o nosso Partido atribui importância fundamental ao reforço da unidade do Movimento Comunista Internacional, na base dos princípios do marxismo-leninismo e do internacionalismo proletário e ao reforço da solidariedade internacionalista entre todas as forças anti-imperialistas.

E a saudação termina: Queridos Camaradas: Ao acolher o XI Festival Mundial da Juventude e dos Estudantes, a República de Cuba atrai hoje a atenção dos jovens de todo o mundo, que na luta do povo cubano podem ver traduzidos os grandes ideais que constituem o próprio lema do Festival: a paz, a amizade e a solidariedade internacionalista.

Partido Comunista, à classe operária, aos trabalhadores e ao povo de Cuba desejamos os maiores sucessos nas novas tarefas da edificação do socialismo.

Fazemos votos, queridos camaradas, para que se reforcem ainda mais os laços de fraterno e solidária amizade que unem os nossos dois Partidos e se desenvolvam as relações de amizade e cooperação entre o povo cubano e o povo português.

## Gravura de Camões

Na 1.ª página do «Avante!» do passado dia 15 de Junho inserimos a reprodução de uma gravura de Luís de Camões, cuja assinatura, por mera conveniência de paginação, não figurou na reprodução. Ao autor da gravura, Manuel dos Santos Cabanas, e aos nossos leitores, pedimos desculpa pela omissão.



A antiga fortaleza e quartel de Moncada, sem os muros defensivos que possuía outrora, é hoje uma escola primária com cerca de três mil alunos, a Escola «26 de Julho»

## A experiência na Hungria de um casal português

No dia 28 de Junho último, eu e meu marido fomos à Hungria numa excursão de amigos.

Decorridos dois dias naquele maravilhoso país, o meu marido sentiu-se bastante mal. Prontamente socorrido, foi levado para um hospital onde foi submetido a rigorosa observação e posterior tratamento adequado ao seu padecimento.

Meu marido, ainda em Portugal, já não se sentia bem, havia uns dois ou três meses, tendo por isso mesmo ido diversas vezes ao médico queixando-se daquilo que sentia.

Embora lhe tivessem receitado comprimidos e o submetessem a diversas análises efectuadas a longos prazos, a data da partida com destino à Hungria aproximava-se sem que o seu estado de saúde se modificasse para melhor. Já na Hungria os remédios foram considerados contra-indicados uma vez que a doença que o meu marido tinha era relacionada com o coração.

A equipa médica do Hospital Municipal de Budapeste — Secção de Terapêutica Intensiva chefiada pelo professor Osvald Péter e constituída pelos Drs. Hegy Lajos, Szula István, Gail Mária, Tóth Alajos e Bak Zoltán foi, sem sombra de dúvida, inextinguível em todos os aspectos. A sua elevada competência profissional, zelo e carinho tornaram os mercedores de profunda gratidão do meu marido, pois que a eles ficou meu marido a dever certamente a sua vida. Especialmente ao director do Hospital Dr. Osvald Péter, o qual foi além de tudo o mais, um verdadeiro amigo. Ao pessoal de enfermagem meu marido quer expressar o seu mais vivo reconhecimento, desejando destacar Kati Szekeley Andrasne e Mariam Sándor Jozsefné pelos cuidados e muitos carinhos que com ele tiveram.

A referida equipa médica, face à evolução da doença do meu marido, teve que lhe aplicar um pacemaker. Em virtude disso o hospital onde meu marido se encontrava pôs-se em contacto com a Embaixada de Portugal para saber se obtinham auxílio desta para o pacemaker referido.

A nossa Embaixada preferiu ignorar comodamente o problema, o melhor, nem sequer respondeu deit sobre o assunto em causa.

Em face disto os sindicatos húngaros prontificaram-se a oferecer o pacemaker ao meu marido.

Embora estivesse na Hungria há poucos dias, eu já tinha sentido a hospitalidade e o carinho com que o povo húngaro me tratou. Assim como meu marido, que entretanto fora para o hospital e tinha os cuidados de um serviço clínico e de enfermagem que está muito desenvolvido. Posso aliás afirmar que os doentes tratados no hospital onde o meu marido se encontrava tinham todos as mesmas atenções.

Passados vários dias acabou o prazo da estadia da excursão na Hungria e eu tive de regressar a Portugal. Porém, antes do meu regresso precisei de tratar da passagem do meu marido e desse modo fui à Embaixada de Portugal acompanhada de uma húngara que sabia falar português. Ai mais uma vez se recusaram a ajudar-me na minha aflição. Em face disto senti-me envergonhada de ser portuguesa junto de uma jovem húngara pertencente aos sindicatos húngaros que tanto estavam fazendo pelo meu marido. Fico bem que eu não queria muito da Embaixada Portuguesa — queria apenas que a Embaixada se aconselhasse e ajudasse, pois eu estava num país desconhecido e havia o problema da língua.

Como acho que o papel fundamental de uma embaixada é resolver os problemas dos cidadãos do seu país num país estrangeiro, eu noto uma grande falta na nossa Embaixada na Hungria. Como isto foi um caso muito notado, mais uma vez os sindicatos da Hungria tiveram um gesto de amizade, pois pagaram todas as despesas do internamento do meu marido até chegar a Portugal, inclusive a passagem.

Assim eu e o meu marido ficámos maravilhados com a organização do povo húngaro e com o facto de ele ser de tal maneira amigo, simpático e acolhedor, povo a quem muito ficamos a dever e que jamais esqueceremos.

Antónia Casqueiro Oliveira — Santo António da Caparica

Advertisement for 'A AGRICULTURA NOS PAÍSES SOCIALISTAS DA EUROPA' (Agriculture in the Socialist Countries of Europe) by 'Avante!' editions. Price 90\$00.

Advertisement for 'QUE FAZER?' (What to do?) by V.I. Lenin, published by 'Avante!' editions. Price 20\$00. Also includes 'DUAS TÁCTICAS DA SOCIAL DEMOCRACIA NA REVOLUÇÃO DEMOCRÁTICA' (Two Tactics of Social Democracy in the Democratic Revolution) by V.I. Lenin, price 60\$00.

Advertisement for 'Correio' (Mail) featuring a logo with a dove and text: 'Só se publicam nesta secção cartas devidamente identificadas. No entanto, se os autores assim o desejarem expressamente, a sua identidade poderá não ser divulgada.'

Semana

1921 — Encerra o 1.º Congresso Internacional de Sindicatos Revolucionários...

19 — Quarta-feira
Os índios norte-americanos, que fizeram uma extensa marcha de meses por todo o território dos EUA...

20 — Quinta-feira
O secretário-geral do Partido Comunista Italiano, Enrico Berlinguer...

21 — Sexta-feira
O Conselho Central Palestino (CCP), órgão coordenador da resistência palestina...

22 — Sábado
Na Bolívia e na sequência de um pronunciamento militar de direita...

23 — Domingo
O governo sionista rejeita o pedido egípcio de devolução da cidade de El-Arish...

24 — Segunda-feira
A ETA, organização separatista basca, reivindica o assassinio de dois oficiais espanhóis...

25 — Terça-feira
A oposição boliviana recusa toda e qualquer colaboração com o governo...

Bolívia: eleições não servem avança-se com golpe militar

A Bolívia é neste momento um exemplo de como se fazem «eleições» e se anulam eleições na medida dos interesses opostos...

A realização de eleições na Bolívia, precedida de uma situação política em que paralelamente se desenvolveu um processo de repressão...

Acotece que política imperialista e fachada democrática são duas realidades de difícil coexistência...

As «eleições» bolivianas foram precedidas de uma monstruosa campanha de propaganda oficial...

Há promessas de tolerar uma oposição «constitutiva». O comandante das Forças Armadas garante a sua unidade...



Forçado pela pressão popular, Banzer também pediu a anulação do escrutínio-farsa

a uma Junta militar, tendo anteriormente decretado o estado de sítio. Hoje, Pereda declara o seu governo «resultado» da vontade popular...

OUA: a força crescente do movimento de libertação

A Cimeira da OUA (Organização de Unidade Africana), terminou em Cartum. Não houve resultados espetaculares...

A cimeira de Cartum realizou-se num momento em que se assiste, no continente africano, a um grande esforço do imperialismo para recuperar posições baseadas na dominação neocolonial...

Os planos do imperialismo para esta cimeira da OUA eram ambiciosos. Tratava-se — agudizando anteriormente problemas...

Sul, tendo-se paralelamente manifestado o apoio à luta dos povos da África Austral...

No complexo de problemas tratados — alguns sem que se tenha chegado a qualquer solução...

Na heterogeneidade política dos países representados na OUA, não seria de esperar uma resposta unânime...

O camarada Samora Machel, presidente da República Popular de Moçambique...

Libertação imediata de Jaime Perez e Nelson Mandela

A solidariedade internacional com os milhares de presos políticos espalhados pelos cárceres que o imperialismo semeia pelo mundo...

É o que está acontecendo, num movimento que se alarga a todos os continentes...

Jaime Perez, secretário do Partido Comunista do Uruguai e ex-deputado do Parlamento do seu país...

do Sul — African-National Congress, ANC — foi condenado a prisão perpétua...

«Preso desde Agosto de 1962, encontra-se na ilha de Robben (ou das focas) onde as condições são particularmente duras...

Nelson Mandela, o líder do Movimento de Libertação da África do Sul...

Breves notícias

● A luta pela democracia, em Espanha — Poucas horas antes das Cortes (Parlamento) espanholas...

● A ingerência norte-americana em Itália — Mais uma vez o embaixador dos EUA em Itália, Richard Gardner...

● A resposta do PCI não se fez esperar. O «L'Unita», órgão central do Partido Comunista Italiano...

● A «longa marcha» dos índios norte-americanos — Partindo da Califórnia a 11 de Fevereiro último...

Washington, a 15 de Julho. Ali promoveram uma semana de manifestações de protesto...

Esta acção dos índios norte-americanos constitui um rude golpe na «estratégia dos Direitos Humanos» da administração Carter...

Para além de lhes ser recusada, sistematicamente, a integração na sociedade americana...

Enquanto ressaltam de forma cada vez mais nítida as

Cimeiras do capital: soma de fracassos

Há cerca de uma semana, os dirigentes dos sete principais países capitalistas do mundo elaboraram um fraco plano para tentar evitar muitos conflitos comerciais e financeiros...

Sobre a cimeira de Bona — que meios da propaganda do capital, empenhados em manter uma boa imagem da situação dos grandes países capitalistas...

Agora os ministros das Finanças da Comunidade Económica Europeia (CEE) reuniram-se em Bruxelas para rediscutir um novo plano para a estabilidade e a coesão monetária...

Quando da cimeira de Bona, que se saldou num fracasso camuflado por resoluções irrelevantes e por mais uma provocação política...

Médio Oriente: manobras do imperialismo não resultam

O plano arquitetado para o Médio Oriente para travar a justa solução dos problemas políticos que se manifestam nesta zona — plano assente no facto negativo que é a tração do governo egípcio...

No Egipto, traduzindo o isolamento do governo, o presidente Sadat tomou uma série de medidas políticas de que se destaca...

Em entrevista publicada num jornal do Tel-Aviv, Peres, da oposição trabalhista de Israel, afirmou que o objectivo a longo prazo do presidente Sadat consiste em incluir Israel num grupo de países do Médio Oriente capazes de se oporem à penetração soviética...

Também Tel-Aviv se debate com uma crescente contestação do governo, proveniente dos mais diversos sectores. Em causa — muito particularmente — a política externa conduzida por Begin...

Depois do falhado encontro no castelo de Leeds, depois do roteiro de contactos com os diversos representantes da social-democracia europeia, novos contactos estão marcados para 3 de Agosto, no Sinai...

# Os comunistas portugueses solidários com as forças progressistas do Iraque

Por ocasião do 10.º aniversário da revolução de 17-30 de Julho, o Comité Central do Partido Comunista Português saudou a Direcção Nacional e os militantes do Partido Baas Árabe Socialista. O CC do PCP saudou igualmente os trabalhadores, o povo, todas as forças democráticas e progressistas do Iraque, empenhadas na consolidação e aprofundamento das transformações revolucionárias que nos últimos 10 anos tiveram lugar no vosso país — afirma-se na saudação enviada pelo CC do PCP à Direcção Nacional do Partido Baas Árabe Socialista, a propósito da data histórica actualmente comemorada naquele país.

O nosso Partido este representado nas comemorações pelos camaradas Albano Nunes, membro do CC e responsável da Secção Internacional, e Osvaldo Castro, membro suplente do CC.

A delegação do PCP assistiu aos actos que entre os dias 14 e 18 tiveram lugar em Bagdad, sendo recebida por Zuhair al-Qadiri responsável pelas relações internacionais da Direcção Nacional do Partido Baas Árabe Socialista, com quem realizou uma ampla troca de informações sendo abordadas questões relativas ao desenvolvimento das relações entre os dois partidos entre Portugal e a República Árabe do Iraque, assim como tarefas da luta comum anti-imperialista em que ambos os partidos se declararam empenhados.

A delegação do PCP foi também recebida na sede do CC do PC do Iraque por uma delegação deste partido irmão. Durante a troca de informações realizada o PCP manifestou uma vez mais a solidariedade dos comunistas portugueses para com os comunistas iraquianos e todas as forças democráticas e patrióticas do Iraque na sua acção para defender e consolidar as conquistas da revolução de 1968 e derrotar

as manobras e conspirações do imperialismo e da reacção interna.

## Prestígio internacional

A saudação do nosso Partido refere ainda:

Os comunistas portugueses têm seguido com o maior interesse as realizações do povo trabalhador do Iraque na sua luta para liquidar definitivamente as sequelas do feudalismo, para assegurar o controlo dos recursos nacionais e promover o desenvolvimento económico geral, em benefício das amplas massas iraquianas, para fazer face à agressão sionista e imperialista no Médio Oriente e defender a independência nacional das pressões e ameaças do imperialismo.

A nacionalização do petróleo e de outros sectores da economia, a criação de cooperativas e outras explorações agrícolas colectivas nas terras já expropriadas aos grandes agrários, a institucionalização do ensino gratuito, a orientação anti-imperialista do Iraque, prestigiaram internacional-

mente a República Árabe do Iraque.

As conquistas da revolução no Iraque tornaram-se possíveis graças ao papel desempenhado pelo Partido Baas Árabe Socialista em conjunto com as outras forças democráticas e progressistas, da criação da Frente Patriótica Nacional Progressista, englobando, ao lado do vosso Partido, o Partido Comunista do Iraque, o Partido Democrático do Curdistão e outras forças patrióticas.

O CC do PCP faz votos para que a aliança das forças democráticas e progressistas do Iraque não se seja mantida como se reforça mais, no interesse do povo do Iraque, da causa comum dos povos árabes e do combate geral contra o imperialismo (...).

O Iraque situa-se numa região altamente cobiçada pelo imperialismo norte-americano que, estimulando e apoiando a política agressiva e expansionista de Israel, cria no Médio Oriente um perigoso e permanente foco de tensão.

O PCP condena energeticamente as ingerências do imperialismo no Médio Oriente e as suas

pérfidas manobras visando dominar a região, pilhar as suas riquezas, dividir os povos árabes e sufocar o seu movimento de emancipação nacional e social, liquidar o movimento de resistência palestino e os regimes árabes progressistas.

O PCP manifesta a sua solidariedade para com os povos árabes vítimas da agressão imperialista a retirada de Israel dos territórios árabes ocupados, apoia a luta do povo palestino pelo reconhecimento dos seus direitos nacionais, incluindo a criação do seu próprio Estado, em conformidade com as resoluções da ONU.

O PCP confia em que as forças democráticas dos países árabes, unidas em aliança com as forças progressistas e amantes da paz do mundo inteiro, obrigarão o imperialismo a recuar e assegurarão a independência, a soberania e o progresso social dos seus países.

Uma vez mais queremos expressar-vos os firmes sentimentos de solidariedade internacionalista dos comunistas portugueses e desejo ao povo do Iraque os melhores sucessos na via da democracia e do progresso social.

Fazemos votos para que os laços existentes entre os nossos dois partidos se desenvolvam no futuro, no interesse dos nossos dois povos e países, no interesse da frente mundial anti-imperialista.



Presidente Tito: Belgrado, cidade-anfitriã dos países não-alinhados

# Belgrado: não-alinhados na luta pela paz

Iniciaram-se há dois dias em Belgrado os trabalhos da conferência dos países não-alinhados, com a participação de 89 delegações de países membros, observadores e representantes das Nações Unidas e de uma série de organizações internacionais. Esta conferência precede a realização, em Setembro de 1979, em Havana, de uma conferência, a alto nível, dos não-alinhados.

O papel do movimento dos não-alinhados na luta pela paz, pela liberdade e a independência dos povos, contra o imperialismo, o colonialismo e o neocolonialismo, pelo fim da corrida aos armamentos, a importância da consolidação da cooperação entre os países não-alinhados e os Estados socialistas, foram recentemente salientados no XI Congresso da Liga dos Comunistas da Jugoslávia.

No XI Congresso da Liga dos Comunistas da Jugoslávia foram destacados dois aspectos importantes referentes ao movimento dos não-alinhados: o seu papel na luta pela paz e o desarmamento, objectivo determinante de toda a humanidade progressista; os esforços para dividir o movimento, destruindo assim um elemento na batalha geral pela paz.

Este segundo aspecto internacional de impedir

a realização da próxima conferência dos não-alinhados em Cuba, e mesmo de afastar Cuba do movimento. O que se insere nos esforços divisionistas que, como foi salientado em Belgrado, só podem conduzir ao agravamento da situação internacional, ao agravamento das relações entre os diversos países.

A acção do movimento não-alinhado faz-se sentir particularmente no domínio da luta pela paz, secundando a ofensiva da União Soviética e de toda a comunidade socialista contra a corrida aos armamentos, pelo desarmamento geral e completo. No XI Congresso da LCU, no relatório do seu secretário-geral, Tito, foi destacado que «toda a comunidade internacional está interessada no fim da corrida aos armamentos que absorve cada vez maiores potencialidades materiais, económicas e humanas tanto nos países desenvolvidos como nos países em vias de desenvolvimento. Considera-se o desarmamento geral e completo sob eficaz controlo internacional como o objectivo final a que há que aspirar». Este um objectivo central do actual momento político internacional que, entre outras questões actualmente debatidas em Belgrado, constituirá o fulcro dos trabalhos da conferência dos não-alinhados.

# EUA: a luta de massas é uma realidade

Recender a «guerra fria» para bom-proveito exclusivo dos monopólios é objectivo da actual política internacional da administração Carter. As centrais de propaganda do imperialismo bem se esforçam por atribuir à «ameaça soviética» a responsabilidade do agravamento da tensão nas relações internacionais, das agressões e provocações claramente cometidas pelo imperialismo americano em África, no Médio Oriente, na América Latina, das pressões económicas, políticas e militares que exerce em todo o mundo capitalista e junto do Movimento de Libertação Nacional. Em vão. Como vá é a sua tentativa de esconder o reverso de uma tal política: um pouco de todo o mundo, quotidianamente, nos chegam as lutas dos povos pela independência nacional, as suas vitórias no caminho da paz e do progresso em confronto directo com o imperialismo americano e seus aliados. O «filtro» é, porém, bastante eficaz no que respeita às lutas que se travam no interior dos Estados Unidos, sobretudo quando de lutas de massas se trata.

Floper essa quase barreira de silêncio foi o objectivo do «Avante!» ao recolher declarações do camarada Carl Bloice, membro do Comité Central do Partido Comunista dos EUA e chefe de redacção do «Peopl's World», um conhecido jornal de esquerda que se publica na Califórnia há mais de 40 anos.

Do que nos conta resulta uma clara conclusão: a luta de massas

lutam contra a intervenção americana em África, com destaque para as que integram estudantes. Uma reivindicação concreta, objecto das tradicionais manifestações em que os estudantes ocupam, sentados, as ruas, inscrita por eles em cartazes e tarjetas, é a de que sejam cancelados os investimentos da banca privada americana na África do Sul.

é preciso destacar. Trata-se do Movimento da Paz, que desenvolve acções — reuniões, manifestações, edição de materiais de esclarecimento — que abarcam todos os aspectos da luta pelo desanuviamento nas relações internacionais: pelo desarmamento e o cumprimento dos acordos internacionais, contra a bomba de neutrões, contra as agressões e a intervenção militar directa e indirecta dos EUA em África, no Próximo e Médio Oriente, na América Latina, e o passo do militarismo em toda a política externa do país.

O Movimento da Paz é hoje uma grande força nos Estados Unidos. Tradicionalmente liderado no passado pela pequena burguesia liberal, tem hoje a adesão massiva do povo negro, dos «ciganos» e porto-riquenhos, a participação organizada dos Sindicatos, a nova combatividade da juventude estudantil, e esta composição de classe — ampla por um lado, por outro contando com a participação determinante de camadas do povo trabalhador — impõe-lhe de facto um novo carácter, objectivos mais justos e uma nova capacidade de mobilização e de organização.

O nosso Partido trabalha activamente em todas estas frentes. É nesse objectivo fazer participar o povo trabalhador dos EUA na luta dos povos de todo o mundo para o que o desanuviamento seja irreversível.

Quero ainda destacar duas outras actividades de massas em que o nosso partido tem um papel muito importante, ambas sob o signo da solidariedade. Uma é o movimento pela paz no Médio Oriente e o apoio aos direitos nacionais do povo palestino; a outra é o movimento de solidariedade ao povo chileno, em



A maior manifestação antinuclear na história dos Estados Unidos: 20.000 pessoas reuniram-se recentemente durante três dias em Seabrook, porto de pesca para onde se anuncia a instalação de um reactor nuclear ao serviço da indústria bélica.

acções que se multiplicam quase diariamente em grande parte do território dos Estados Unidos.

## A situação interna degrada-se

É evidente que nesta fase da crise geral do capitalismo, quando a agressividade do imperialismo americano pretende abater-se sobre todos os povos, o povo americano não sofre directamente as consequências.

Nos sabemos que é sobretudo neste aspecto que a «grande informação» ao serviço dos monopólios obtem resultados: tentam convencer-nos e a todo o mundo que o povo americano não tem problemas e, pelo contrário, — arranjam um cúmplice para dividir as culpas, se não for possível negar o crime... — guarda uma boa fatia da grande operação de rapina com que o imperialismo americano pretende esvaziar o mundo.

É uma falsa ideia. De facto, as condições sociais nos EUA agravam-se perigosamente, e é isso também que facilita a tomada de consciência e a grande mobilização de massas em torno das questões internacionais. Os monopólios querem resolver a crise do mundo capitalista à custa das classes trabalhadoras — evidentemente também dos Estados Unidos. A questão mais importante agora para o nosso povo é a da deterioração acelerada das condições de vida. A qualidade de vida nas cidades, baixa dada — os transportes, a educação, os serviços de saúde, a poluição, o custo de vida; monopólios e governo trabalham para a redução real dos salários; no plano legal e pela repressão mais arbitrária, pela subversão, tentam enfraquecer e dominar os sindicatos. Milhões de novos desempregados engrossam

o dramático exército de inactivos forçados que é de há muito uma legenda dos Estados Unidos. O desemprego, que afecta hoje quase todas as camadas do povo trabalhador, tem particular incidência, como sempre, entre porto-riquenhos, mexicanos, asiáticos, e entre os negros: neste momento, nas maiores cidades dos EUA, 50% dos jovens negros estão desempregados.

Por outro lado, a repressão política aberta intensifica-se: os monopólios encorajam a acção dos reacçãoários da extrema-direita, da carta branca a profascistas, nazis, ao Ku-Klux-Klan. E são estas forças mais reacçãoárias que determinam de facto, no seio do poder, toda uma série de actos governativos que depauperizam as massas trabalhadoras e cercam as liberdades democráticas. Trata-se de, por todas as formas, destruir as conquistas anteriores do povo americano.

## Contra a política dos monopólios

A tudo isto corresponde o aumento acelerado da já abismal diferença no nível de vida de ricos e pobres. O povo americano não lhe sofre, indiferente, as consequências. Importantes movimentos de massas, incluindo o das minorias, das mulheres (o movimento das mulheres, libertado progressivamente do feminismo até há pouco prevalente, com um peso cada vez maior de mulheres trabalhadoras, é hoje uma força muito importante), dos pequenos proprietários de terra, da juventude, dos trabalhadores sindicalizados — têm desenvolvido nos últimos tempos acções públicas que mobilizam muitos milhões de americanos.

Pode, pois, dizer-se que o povo trabalhador, as diferentes forças democráticas e progressistas estão claramente contra a política dos monopólios e lutam contra ela. No entanto, na sua maioria, estes movimentos estão desenquadrados e dispersos. E por isso que, para o nosso Partido, a tarefa principal é hoje, juntamente com os sindicatos e outras organizações progressistas, unir, enfiar todas estas forças e movimentos para erguer uma frente única de oposição aos monopólios.

A crise do capitalismo é hoje nos EUA também uma acentuada crise política interna. Nixon, Ford, hoje Carter, escolhidos pelos monopólios, representantes e defensores dos seus interesses, são fracassos sucessivos, promessas não cumpridas, a deterioração cada vez mais acentuada das condições de vida, a desigualdade social, a restrição dos direitos democráticos, o racismo oficialmente praticado. A recusa da administração Carter em libertar os «Dez de Wilmington» (dentro muitos outros presos políticos, sobretudo negros, apesar da inconstitucionalidade e do grande movimento nacional e internacional de solidariedade, revela a hipocrisia oficial sobre a questão dos direitos humanos), é o retrato de uma política que aponta para o seu próprio fim.

Apresá-lo depende do vigor e da conjugação da luta que todos travamos. Junto dos comunistas, do povo trabalhador português que fez e defende a sua revolução contra as manobras, pressões e ingerências do imperialismo americano — disse-nos, a terminar, Carl Bloice — quero afirmar, em nome do Partido Comunista dos Estados Unidos, que a classe operária, o povo trabalhador americano, as suas organizações e movimentos progressistas saberão tomar, tomam já, o lugar que lhes cabe na heróica luta dos povos de todo o mundo pela independência nacional, a democracia e o progresso social.

## Declarações ao «Avante!» do camarada Carl Bloice membro do CC do PC dos EUA e chefe de redacção do «Peopl's World»

nos EUA contra a política interna e externa do governo amplamente fortaleceu-se em novas bases, adquire um carácter qualitativamente novo.

## Diversas frentes de luta

De facto, afirmou-nos o camarada Carl Bloice, as forças da reacção e do militarismo de que Bizozinski é actualmente o mais despidorado porta-voz lançam-se abertamente numa política de guerra-fria, de agressão e de provocação como nunca o fizeram depois da derrota do Vietnam. O povo americano adquire a aguda consciência desta perigosa realidade e do papel que lhe cabe na luta dos povos de todo o mundo contra tal política. É particularmente sensível à subversão e agressão em África, aos perigos que ameaçam o Movimento Internacional de Libertação Nacional. É assim que surgem muitas novas organizações de massas que

Também os sindicatos intensificam a sua actividade contra os investimentos na África do Sul e em apoio dos trabalhadores sul-afrikanos. Estão neste momento em curso conferências intersindicais com este objectivo e o seu resultado está já a ser benéfico para o alargamento desta luta. Naturalmente, nesta batalha contra o apoio dos monopólios americanos aos sul-afrikanos do apartheid participa em grande número o povo negro dos Estados Unidos, integrando-se no movimento sindical e organizando-se localmente em grupos autónomos que promovem acções de massas contra a acção abertamente subversiva do governo americano, por exemplo, em Angola.

## Movimento da Paz: uma grande força

Estes são exemplos de duas importantes frentes de luta que se alargam. Mas há uma terceira que

# Etiópia: solidariedade com povos africanos e árabes

Realizou-se em Addis-Abeba, capital da Etiópia, uma reunião do Grupo de Trabalho que prepara a Conferência Internacional de Solidariedade com a luta dos povos africanos e árabes contra o imperialismo e a reacção, a realizar na capital etíope de 14 a 17 de Setembro. O PCP esteve presente com uma delegação composta pelos camaradas Rogério de Carvalho, membro do CC e João Paulo Guerra, colaborador do CC, que foram recebidos pela União das Organizações Marxistas Leninistas da Etiópia.

O Grupo de Trabalho, eleito num encontro realizado no passado mês de Maio é composto pelo Conselho Mundial da Paz, Organização de Solidariedade com os Povos Afro-Asiáticos, Frente Patriótica do Zimbábue, Congresso Nacional Africano da África do Sul, Organização de Libertação da Palestina, organizações nacionais de Angola, Argélia, Cuba, Etiópia, Líbia, Portugal, República Democrática do Iémen,

Tanzânia, União Soviética e Vietnam.

A Conferência, que contará com a participação de cerca de 150 organizações não governamentais, nacionais e internacionais, partidos políticos, movimentos de libertação e organizações de trabalhadores e organizações nacionais de cerca de 90 países, tem como ordem de trabalhos:

1. A luta dos povos africanos e árabes como parte integrante

da luta dos povos de todo o mundo contra o imperialismo, o colonialismo, o neocolonialismo, o racismo, o apartheid e o fascismo, pela paz, a independência nacional, a democracia e o progresso social:

a) novas etapas no desenvolvimento dos movimentos de libertação nacional, tarefas sociais e económicas das modernas revoluções democráticas e nacionais;

b) forças em luta pelo socialismo como vanguarda do movimento nacional libertador;

c) luta das forças progressistas do mundo pela paz, o desarmamento e o desanuviamento como um factor favorável para o sucesso da luta dos movimentos de libertação nacional.

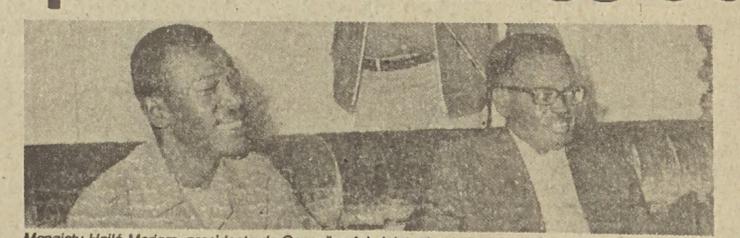
2. Novas conspirações, métodos e manobras do imperialismo para minar os movimentos revolucionários e subverter os regimes progressistas africanos e árabes, como parte da sua estratégia global para manter a sua dominação e exploração:

a) a NATO, suas manobras e actos de agressão e de ingerência nos assuntos internos dos povos africanos e árabes;

b) crescimento da cooperação militar, política e económica dos racistas da África do Sul, sionistas de Israel e regimes reacçãoários e fascistas da América Latina como ameaça aos povos africanos e árabes e à paz em todo o mundo;

c) a estratégia global do imperialismo e das forças reacçãoárias no Mar Vermelho, no Golfo, no Oceano Índico e outras partes do mundo;

d) a utilização de mercenários pelo imperialismo



Mengistu Haile Mariam, presidente do Conselho Administrativo Militar Provisório da Etiópia Socialista e Agostinho Neto, presidente do MPLA-Partido do Trabalho e da República Popular de Angola: novos países que se libertam do passado e controm um futuro de paz, justiça e progresso social

contra os objectivos, conquistas e unidade das forças progressistas.

3. Importância do reforço da unidade de acção e solidariedade das forças progressistas e necessidade da solidariedade internacional com os povos africanos

e árabes em luta contra o imperialismo e a reacção:

a) tarefas das forças progressistas do mundo na mobilização do seu apoio aos povos da África Austral na etapa decisiva da sua luta pela libertação;

a) a justa luta dos povos árabes e em especial do povo

palestino contra o imperialismo, o sionismo e a reacção;

c) unidade de acção e estreita cooperação entre os movimentos de libertação nacional, os países socialistas, o movimento operário internacional e todas as forças progressistas do mundo como

garantia para novas vitórias na sua luta comum.

4. Solidariedade internacional com a Revolução etíope e os povos da Etiópia Socialista na sua luta pela paz, a integridade territorial e o progresso económico e social.

No final da reunião do Grupo de Trabalho foi aprovada uma saudação ao Tenente-coronel Mengistu Haile-Mariam, Presidente do Conselho Administrativo Militar Provisório da Etiópia, pelas condições dispensadas para a realização dos trabalhos preparatórios da Conferência, e uma outra ao Comité Central da Frente Nacional Unida da República Democrática Popular do Iémen, de solidariedade e de apoio na luta contra as provocações do imperialismo e da reacção nacional.